

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
URI/CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

DOUGLAS SILVEIRA SOARES

**UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE AS INTERFERÊNCIAS DO ENADE NO
ENSINO SUPERIOR**

**RONDONÓPOLIS/MT
2021**

DOUGLAS SILVEIRA SOARES

**UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE AS INTERFERÊNCIAS DO ENADE NO
ENSINO SUPERIOR**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Edite Sudbrack

**RONDONÓPOLIS/MT
2021**

A quem mais eu poderia dedicar este estudo e tudo o que representa em minha vida senão para minha família. Meu porto seguro, minha força e certeza que não importa o que aconteça em minha vida, sempre tenho um lugar aconchegante, com ombros amigos para me fortalecer e recomeçar as pequenas e grandes batalhas da vida. Para toda minha família, meu “muito obrigado”!

AGRADECIMENTOS

No momento em que findamos uma jornada acadêmica parece que a vida nos presenteia com mais e mais conhecimentos, na construção de nosso trabalho final nos deparamos com nossos limites enquanto seres humanos e enquanto acadêmicos, mas ungidos pela bênção divina de termos familiares, professores e amigos ao nosso lado, conseguimos suplantar nossas dificuldades e galgar os caminhos do sucesso.

Assim, no momento em que estou terminando de escrever minha dissertação, volto meus olhos aos céus e agradeço a Deus, que sempre esteve ao meu lado e me permitiu concluir essa etapa de minha vida e ter o tão esperado final feliz. Obrigado Pai, ao senhor dedico meu sentimento de fé e amor cristão.

Para minha esposa Danielle Parisotto Nicolau, que não me deixou esmorecer nos momentos de dificuldades que enfrentamos durante todo o percurso do Mestrado, quero agradecer o seu companheirismo, compreensão e carinho. Te amo!

Com carinho, agradeço para minha filha Kawany Masseto Soares, que em seus 17 anos de vida me ensinou o amor verdadeiro e, especialmente, que podemos ser imortais na pessoa de nossos filhos. Você se tornou uma mulher maravilhosa, tenho orgulho de ser seu pai. Te amo filha!

Ao meu anjinho Clarice Parisotto Soares, agradeço o sorriso contagiante e revigorante que me oferece todos os dias unicamente porque existo. Você minha filha, com apenas 1 ano de idade me ensina todos os dias a lição da simplicidade, carinho e amor. Te amo minha pequenina!

Com sentimento de respeito e admiração, agradeço ao meu pai Iraze Soares e minha mãe Orilda Silveira Soares, com vocês aprendi o sentido da vida, a importância do trabalho e do estudo. Vocês me ensinaram que o caminho da vida é cheio de pedras, mas com determinação e força vamos vencendo cada percalço e chegando sempre mais perto do sucesso. Obrigado por tudo, amo vocês!

Agradeço todos os professores da URI/Câmpus Frederico Westphalen em especial para minha orientadora, Dra. Edite Maria Sudbrack, que esteve sempre ao meu lado, direcionando-me, cobrando e não deixando que o desânimo me dominasse nessa reta final. Obrigado Dra. Edite, vou levar para minha vida, em minha mente e no coração os seus ensinamentos.

*“O coração do homem traça o seu
caminho, mas o Senhor lhe dirige os
passos”.*

(Provérbios 16:9.)

SOARES, D.S. **Uma reflexão crítica sobre as interferências do ENADE no ensino superior**. 2021. 73f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. URI/Câmpus Frederico Westphalen, Rondonópolis, Mato Grosso, Brasil, 2021.

RESUMO

O Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) parece interferir nas práticas pedagógicas das instituições escolares, em todos os níveis, suscitando profundas discussões as quais necessitam aclarar desafios e perspectivas a partir dessa forma avaliativa da educação no ensino superior no Brasil. Assim, o objetivo geral analisar criticamente as interferências do ENADE na avaliação do ensino superior. Para o desenvolvimento deste estudo foi aplicada uma metodologia de natureza qualitativa e exploratória, valendo-se da pesquisa bibliográfica para a compreensão do tema que envolve o ENADE enquanto instrumento de interferências no Ensino Superior. Constituindo esse estudo uma releitura do que vem sendo discutido em nível acadêmico sobre o real e efetivo papel do ENADE para a qualidade da educação superior. Concluiu-se com o desenvolvimento desse estudo que é importante avaliar as interferências do ENADE no curso superior e, conseqüentemente, nas IES, tendo em vista que se utilizado de forma adequada essa avaliação em larga escala pode gerar informações essenciais na elaboração de políticas públicas educativas, de forma que esse sistema possa ir além da regulação, tornando-se um instrumento de transformação da qualidade do curso superior no Brasil. Compreende-se que as políticas públicas educativas podem constituir instrumentos de reestruturação e reorganização do ensinar e do aprender nas IES, assim, pode-se considerar que o ENADE tem o potencial de interferir nas práticas pedagógicas das instituições escolares e, inclusive, trazer novas perspectivas no ensino superior a partir desse sistema avaliativo. Analisa-se ainda que essas discussões acadêmicas sobre as interferências do ENADE na efetiva qualidade das IES e, conseqüentemente, dos cursos superiores (como exemplo da Ciências Contábeis), levantam diversos fatores que se apresentam cotidianos nas instituições de ensino superior no Brasil, desde o seu processo de mercantilização e, com isso a redução da qualidade dos cursos, até a própria depreciação do trabalho docente. A compreensão de que a avaliação em larga escala constitui um instrumento de efetivo controle é uma premissa que não parece se efetuar, haja vista a proliferação de cursos e “pool” de Instituições que investem em bolsas de valores, ocasionando um quase-mercado educacional. A analítica aqui apresentada não esgota a reflexão sobre o papel do SINAES/ENADE, na consecução da qualidade almejada para os cursos superiores no Brasil. Evidencia-se, por certo, avanços do Provão para o SINAES/ENADE, mas algumas de suas facetas necessitam ser aperfeiçoada na perspectiva emancipatória e formativa, tal como sua gênese sinalizava, desprendendo-se da visão classificatória e, por isso, excludente.

Palavras-chave: ENADE; Ensino Superior; Políticas Públicas Educativas.

SOARES, D. S. **A critical reflection about the interferences of ENADE in higher education.** 2021. 73f. Dissertation (Masters in Education) - Universidad Regional Intergrade do Alto Uruguay e das Missies - URI/Campy Frederico Westphalen, Rondonópolis, Mato Grosso, Brazil, 2021.

ABSTRACT

The Exam Nacional de Desempenho do Student (ENADE - National Exam of Students Performance) seems to interfere in the pedagogical practices of school institutions, at all levels, prompting deep discussions that need to clarify challenges and perspectives from this format of evaluating education in higher education in Brazil. Thus, the general objective of critically analyzing the interference of ENADE in the evaluation of Higher Education. For the development of this study, a qualitative and exploratory methodology was applied, using bibliographic research to understand the theme that involves ENADE as an instrument of interference in Higher Education. This study is a re-reading of what has been discussed at the academic level about the real and effective role of ENADE for the quality of Higher Education. It was concluded with the development of this study that it is important to evaluate the interferences of ENADE in higher education and, consequently, in the IES (Institutes of High Education) considering that if used adequately this large-scale evaluation can generate essential information in the elaboration of educational public policies, so that this system can go beyond regulation, becoming an instrument of transformation of the quality of higher education in Brazil. It is understood that public educational policies can constitute instruments for restructuring and reorganization of teaching and learning in the IES, thus, it can be considered that ENADE has the potential to interfere in the pedagogical practices of school institutions and, even, bring new perspectives in higher education from this evaluation system. It is also analyzed that these academic discussions about the interference of ENADE in the effective quality of IES and, consequently, of Higher courses (as an example of Accountancy), raise several factors that are present daily in higher education institutions in Brazil, from their process of commercialization and, with this, the reduction of the quality of courses, to the depreciation of the teaching work itself. The understanding that the large-scale evaluation constitutes an instrument of effective control is a premise that does not seem to be carried out, given the proliferation of courses and pool of institutions that invest in stock exchanges, causing an educational quasi-market. The analysis presented here does not exhaust the reflection on the role of SINAES/ENADE in achieving the desired quality for higher education courses in Brazil. It highlights, however, the advances from the "Provão" to SINAES/ENADE, but some of its facets need to be perfected in the emancipatory and formative perspective, as its genesis signaled, detaching itself from the classificatory and, therefore, exclusionary view.

Keywords: ENADE; Higher Education; Public policies for Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAFE	Associação Catarinense das Fundações Educacionais.
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DM	Dissertações de Mestrados
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENC	Exame Nacional de Cursos
FAIESP	Faculdade Integradas de Ensino Sobral Pinto
FAIR	Faculdades Integradas de Rondonópolis
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MBA	Master in Business Administration
PAIUB	Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras
PNE	Plano Nacional de Educação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNA	Sistema Nacional de Avaliação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TD	Teses de Doutorado

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Plataforma Sucupira – Coleta CAPES	22
Figura 2: Procedimentos para Coleta dos Dados.....	24
Figura 3: Ciclo de construção das políticas públicas.....	42
Figura 4: Níveis de avaliação educacional	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual Total de DM e TD na Plataforma Sucupira	27
Gráfico 2: Percentual de DM e TD Selecionados para a Composição do Estado do Conhecimento	28

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Tipo de trabalho e ano de publicação.....	25
Quadro 1 – Informações das DM e TD selecionadas para o estado do conhecimento.....	29
Quadro 2: Distinção entre Provão e ENADE.....	56

SUMÁRIO

FRAGMENTOS DA MINHA TRAJETÓRIA DE PESQUISADOR	12
1. INTRODUÇÃO	15
2. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA	18
2.1. Justificativa	18
2.2. Contextualização e Estado do Conhecimento.....	19
2.2.1. Contextualização	19
2.2.2. Estado do Conhecimento	20
2.3. Análise Quantitativo dos Dados	26
2.4. Análise Qualitativa dos Dados.....	30
3. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	38
4. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCATIVAS E POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO	41
4.1. Políticas educativas.....	41
4.2. Políticas de Avaliação em Larga Escala.....	44
4.2.1. PAIUB e Provão	44
4.2.2. O SINAES	49
4.2.3. O ENADE	51
4.2.3.1 Discussões sobre os desafios e perspectivas do ENADE	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS.....	69

FRAGMENTOS DA MINHA TRAJETÓRIA DE PESQUISADOR

Quando uma trajetória de pesquisa acadêmica é iniciada parece que não é possível continuar andando no mesmo caminho de outrora, afinal, as pesquisas passam a ser a única trilha a seguir e sua complexidade gera insegurança e, por vezes, paralisa as ações. Por isso, é importante compreender os próprios fragmentos enquanto pesquisador e, especialmente, reconhecer que a jornada acadêmica é composta de muitas mãos e pensamentos, pois, nossos orientadores tornam-se nossa fonte de saber e construir textos e contextos.

Ao olhar para o princípio e perceber os elementos que motivaram a construção acadêmica, pontua-se que a trajetória acadêmica, que permitiu a chegada enquanto pesquisador no Curso de Mestrado em Educação pela URI Frederico Westphalen iniciou com a graduação como Bacharel em Ciências Contábeis no ano de 2009, pelas Faculdades Integradas de Rondonópolis-FAIR, uma instituição privada de ensino superior de Rondonópolis-MT, que oferecia uma formação de qualidade voltada para o fazer científico e social.

Atuando profissionalmente em uma empresa Multinacional em operação na Cidade de Rondonópolis, buscava a qualificação a partir do ensino superior pela compreensão de que o mundo acadêmico possibilita um conhecimento capaz de qualificar o “ser” profissional, por isso, mesmo vencido pelo cansaço de uma longa jornada de trabalho, encontrava tempo e forças para a graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis, afinal a contabilidade fazia parte não apenas do cotidiano laboral, mas da própria construção vivencial e social. Nesse sentido, o caminho acadêmico parecia trazer uma nova luz sob o conhecimento contábil e sobre a trajetória profissional.

Foi no decorrer da graduação na FAIR, que à docência chegou como um divisor de águas na vida pessoal e profissional, sendo que o exemplo de outros professores e a compreensão acerca da importância e magnitude do ensino superior, embasaram o “ser” pesquisador que foi solidificado pelo Mestrado em Educação da URI, o qual trouxe um novo porvir de conhecimentos e histórias de um vivenciar docente no ensino superior e na vida.

Os oito semestres de graduação do bacharelado em Ciências Contábeis trouxeram vivências, que transformaram as ações de um jovem sonhador em um professor, a cada nova disciplina e atuação enquanto professor, uma certeza emergia

com força na mente e no coração, a de que tanto à docência quanto a pesquisa eram caminhos a trilhar, não apenas como realização profissional, mas, e, principalmente, como construção pessoal.

Logo depois do término do curso de graduação houve a necessidade de iniciar uma nova jornada acadêmica, desse modo, dando continuidade à trilha acadêmica, em setembro de 2009 foi iniciado o curso de pós-graduação *lato sensu* em MBA em Controladoria com Ênfase em Finanças, curso no qual um dos módulos foi “Didática do Ensino Superior”, conhecimento que possibilitou o ingresso ao sonho quimérico do “ser” professor universitário. A conclusão da pós-graduação foi em dezembro de 2010, quando novas jornadas se descortinaram no campo profissional, a de Professor Universitário e de Empresário Contábil em agosto de 2011, estrada trilhada até os dias atuais com afinco e dedicação.

O término da pós-graduação em MBA em Controladoria com Ênfase em Finanças, despertou o “eu” pesquisador e foi desenvolvido um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o tema “O retorno do *Cash Pooling* Empresarial”, sendo que o referido curso foi realizado nas Faculdade Integradas de Ensino Sobral Pinto (FAIESP), na Cidade de Rondonópolis/MT, sob a batuta da orientação do Professor Ms. Josemar Ribeiro de Oliveira, com quem aprendi o apreço à pesquisa e a valorização à docência.

Ainda nesse caminhar acadêmico foram realizados os primeiros passos como orientador de TCC e, posteriormente, como participante de Banca Examinadora e avaliador, o que despertou ainda mais o desejo de atuar como docente e, especialmente, como Mestre em Educação, direcionando os passos para o Curso de Mestrado em Educação na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI/câmpus de Frederico Westphalen.

Se em um primeiro momento o curso de Mestrado em Educação era somente um sonho, no decorrer de cada módulo à docência parecia cada dia mais forte no caminhar profissional, devido aos importantes aprendizados recebidos pelos saberes e compartilhar dos doutores da URI/câmpus de Frederico Westphalen. A cada novo professor e disciplinas ministradas e aprendidas tinha noção exata da grandiosidade da docência e da importância de construir esse conhecimento em uma instituição comprometida com a qualidade dos processos de ensino e de aprendizado.

E tudo parecia perfeito até que iniciou-se a Pandemia da COVID-19 e o distanciamento obrigou a tornar as aulas remotas, acreditava em um primeiro

momento que a qualidade do aprendizado se dissiparia nas dificuldades tecnológicas, mas, com surpresa o fazer tecnológico em sala de aula, trouxe ainda novos aprendizados, que certamente, terão papel importante no caminhar da docência.

Por fim, o maior desafio foi a construção desta dissertação, pela necessidade de desvestir o conhecimento prévio e, fundamentar, as considerações a partir de diversos estudiosos, o que trouxe ainda outro aprendizado, que tem relação com a necessidade do pesquisador em ser humilde e reconhecer que a construção de um saber, se edifica a partir da construção de outros estudos e, especialmente, que o valor da interpretação e construção textual.

1. INTRODUÇÃO

O estudo em tela “Uma Reflexão Crítica sobre as Interferências do ENADE no Ensino Superior”, traz em sua essência a reflexão sobre a avaliação, apontando suas interferências no Ensino Superior, considerando os aspectos que envolvem a avaliação em larga escala e a importância dessa no contexto organizacional e estrutural do ensino superior no Brasil.

O Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) parece interferir nas práticas pedagógicas das instituições escolares, em todos os níveis, suscitando profundas discussões (BERTAGNA; MELLO; POLATO, 2014), as quais necessitam aclarar desafios e perspectivas a partir dessa forma avaliativa da educação no ensino superior no Brasil. Esse processo de avaliação iniciou com o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB), em seguida com o “Provão” que surgiu na década de 1990 e, posteriormente, o ENADE, que constitui um instrumento de avaliação das instituições de ensino superior (IES) pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o qual tem sua origem embasada na publicação da Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004.

O ENADE trouxe como principal propósito avaliar os cursos e as IES com base no desempenho dos estudantes, os quais podem ser considerados os protagonistas do processo avaliativo, de modo a executar regulação e supervisão da educação superior no Brasil, possibilitando a renovação ou desvinculação do credenciamento das IES, bem como, criando um resultado estatístico de qualidade dos cursos e instituições que, de certo modo realiza um processo de ranqueamento (BRASIL, 2004). Exalta-se que esse processo de ranqueamento é um dos pontos a serem discutidos no contexto dessa forma de avaliação ampla e generalista.

No decorrer do presente estudo os aspectos amplamente abordados elevam o entendimento de que o ENADE constitui um instrumento capaz de possibilitar a criação de políticas públicas educativas com o propósito de qualificar a educação superior em todo o país, engendrando mudanças no ensino público e privado, sendo que para essa concepção é importante avaliar os objetivos da avaliação no campo teórico, considerando a realidade das instituições em todo o Brasil e, sua evolução estrutural e educativa nas últimas décadas, pós-provão.

Cabe aqui dar como certo o entendimento de Palmeiras; Sgari e Szlagyi (2017), acerca de que nas últimas duas décadas vem ocorrendo maior interesse do meio

acadêmico em discutir as políticas públicas educativas e, inclusive, os aspectos presentes em sua formulação, de modo a contribuir academicamente com as discussões, que se agigantam em relação a melhoria da qualidade do ensino superior no Brasil com base em políticas públicas educativas, trazendo elementos que apresentem a realidade nas IES com esse processo avaliativo em larga escala.

É importante pontuar que as informações aqui apresentadas são de base secundária, porém, de excelência acadêmica, o que valida o presente estudo enquanto manancial de informações para outros pesquisadores, tendo em vista que o tema ENADE ainda precisa ser exaustivamente discutido, para que se possa compreender os seus desafios e perspectivas, inclusive, no que se refere a ser um canal informativo para a elaboração de políticas públicas, que tenham em seu escopo melhorar, consideravelmente, o processo da qualidade do ensino superior oferecido pelas IES.

Para o desenvolvimento deste estudo foi aplicada uma metodologia de natureza qualitativa e exploratória, valendo-se da pesquisa bibliográfica para a compreensão do tema que envolve o ENADE enquanto instrumento de interferências no Ensino Superior. Constituindo esse estudo uma releitura do que vem sendo discutido em nível acadêmico sobre o real e efetivo papel do ENADE para a qualidade da educação superior.

O problema de pesquisa suscitado decorre da compreensão de que a avaliação interna ou externa das escolas e, especialmente, das instituições superiores deve primar por um processo não punitivo, mas, por um instrumento de conhecimento das fragilidades e forças da educação em todos os níveis e, dessa forma, trabalhar para a melhoria da qualidade do ensino, sendo as políticas públicas um canal de excelência para alcançar essa transformação educativa. Nesse sentido, considera-se que o ENADE tem sido um instrumento que interfere nos cursos de graduação, porém, é preciso avaliar se essa interferência é facilitadora da qualificação dos cursos ou simplesmente agiganta-se como um instrumento punitivo das IES e, conseqüentemente, dos egressos dos cursos superiores.

O problema de pesquisa que fundamenta a elaboração do objetivo geral do estudo se relaciona a seguinte questão: quais são as interferências do ENADE na avaliação da educação superior? Para responder a esse questionamento foram construídos objetivos que traçam metas para a pesquisa responder por ocasião das considerações finais. Nesse sentido, a investigação tem como objetivo geral analisar

criticamente as interferências do ENADE na avaliação do ensino superior. Os objetivos específicos pretendem conceituar avaliação em larga escala como política pública; caracterizar o SINAES; analisar as interferências do ENADE na educação superior.

O trabalho, aqui apresentado, foi construído a partir de uma estrutura lógica que buscou trazer as especificidades do ENADE e a sua atuação na qualidade das IES e dos cursos superiores no Brasil. Para isso, o estudo foi construído da seguinte forma estrutural: introdução; contexto e justificativa; metodologia de execução da pesquisa; referencial teórico e considerações finais.

2. CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

2.1. Justificativa

A justificativa para a realização do presente estudo se alicerça na importância em discutir, academicamente, o ENADE como instrumento de avaliação em larga escala enquanto processo avaliativo, que tem o potencial de interferir nos cursos de graduação, de forma a possibilitar a melhoria da qualidade dos cursos superiores no Brasil e o resgate da valorização do ensino superior, influenciando, inclusive, na elaboração de políticas públicas educativas.

A discussão sobre o ENADE é de relevância acadêmica tendo em vista o entendimento de Bertagna, Mello e Polato (2014), de que a avaliação educacional vem ganhando maior importância nas discussões sociais, políticas e acadêmicas, devido a sua conflituosa concepção em relação aos resultados positivos ou negativos que possam advir de sua aplicação. Tendo em vista o posicionamento favorável e contrário de estudiosos, pela compreensão de que essa avaliação pode influenciar ou não na transformação das IES no Brasil e, especialmente, no contexto que envolve a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem nas instituições de ensino superior.

Precisa-se aqui esclarecer que a discussão acadêmica engendra a melhor compreensão do tema em análise, bem como, tem o potencial transformador no que se refere a compreender o funcionamento das IES e como o ENADE pode influenciar na melhoria da qualidade educativa no ensino superior brasileiro.

Ainda na esfera de justificativa do desenvolvimento do presente estudo é oportuno discutir sobre o ENADE enquanto processo avaliativo em larga escala, tendo em vista o entendimento de Bertolin e Marcon (2015), de que a avaliação no ensino superior seja interna ou externa é um tema complexo, pois envolve diferentes atores com interesses diversos como os governos, toda a comunidade escolar e, especialmente, as próprias instituições de ensino superior e, por isso, há que se compreender para que grupos é importante esse processo avaliativo.

Pode-se assim justificar que a discussão sobre as interferências do ENADE no ensino superior se torna mais efetiva a partir da reflexão crítica e do balizamento teórico, permitindo a revisitação de conceitos e ainda, a construção, desconstrução e reconstrução de conhecimento acerca do tema central, considerando a complexidade

dessa avaliação em larga escala, inclusive pela amplitude de instituições de ensino superior no Brasil e de condições estrutural, organizacional, curricular e de qualidade dos docentes em cada instituição.

Justifica-se a escolha do tema, aqui apresentado, tendo em vista que o pesquisador possui interesse em compreender se o ENADE, enquanto um processo de avaliação em larga escala possibilita interferências nos cursos superiores na perspectiva de aprimorar o desenvolvimento das atividades e conhecimentos acadêmicos, a partir de uma política pública que volta-se para avaliar o aprendizado dos estudantes com o propósito de avaliar, inclusive, os professores e a instituição, posto que a qualidade de um curso superior se alicerça no tripé professor/instituição/conteúdos ministrados.

Consciente de que a qualidade do profissional depende da formação universitária é de interesse conhecer o ENADE, enquanto política pública de avaliação em larga escala, tendo em vista a necessidade de buscar uma solução viável para os seus desafios e, para isso é imprescindível conhecer o instrumento de avaliação e possibilidade de elaboração de políticas públicas educativas mais equânimes, que possam transformar a educação superior em todas as regiões brasileira.

Enfim, justifica-se o desenvolvimento deste estudo, tendo em vista que na atuação como docente do ensino superior o pesquisador questiona-se sobre as interferências do ENADE, o que motivou o conhecimento sobre o tema e gerou impulso para a elaboração deste trabalho.

2.2. Contextualização e Estado do Conhecimento

2.2.1. Contextualização

Estudar o ENADE enquanto avaliação em larga escala é importante para os estudantes, tanto quanto é relevante para as instituições de ensino superior, que ficam subjugadas a uma avaliação que pode ser instrumento dificultador ou motivador da qualidade do ensino superior e do reconhecimento do trabalho educativo realizado, sendo tais elementos condicionados a forma com que esse processo é conduzido, inclusive no que se refere ao ranqueamento criado a partir da divulgação dos resultados (FELDMANN; SOUZA, 2016).

Nesse sentido, é importante entender o ENADE considerando as interferências que podem gerar ao curso superior, visto que as informações coletadas pela avaliação em larga escala podem direcionar políticas públicas educativas para além da regulação por parte do sistema. Aqui cabe ainda considerar que as políticas públicas são transformadoras das IES e da qualidade de seu ensino, partindo do princípio que tais políticas contemplam instrumentos de reestruturação e reorganização do ensinar e do aprender no ambiente das instituições superiores.

Assim, foi construído o estado do conhecimento como forma de discutir a temática proposta, considerando a produção acadêmica de mestrados e doutorados em todo o Brasil, tendo como base o ENADE e sua carga de transformação, que busca conduzir as IES para um novo patamar, sendo que no decorrer deste estudo constituem análises críticas sobre o verdadeiro papel dessa avaliação em larga escala.

2.2.2. Estado do Conhecimento

A construção de um estado do conhecimento é um trabalho complexo e que demanda uma pesquisa profunda sobre o tema analisado (no caso em tela o ENADE e as transformações advindas a partir desse instrumento avaliativo dos cursos superiores no Brasil), de forma a compreender com maior precisão sobre como vem ocorrendo o processo de construção de estudos científicos sobre o tema escolhido para a sua dissertação ou tese.

Assim, sobre a estrutura de um estado do conhecimento, considerando o lapso temporal, a área e as construções científicas de pesquisadores sobre um tema, tem-se que:

[...] No meu entendimento, estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Nesta reflexão, faz-se necessário considerar que a construção de uma produção científica está relacionada não só à pessoa/pesquisador que a produz, mas a influências da instituição na qual está inserida, do país em que vive e de suas relações com a perspectiva global. [...] (MOROSINI, 2015, p. 102).

Nessa compreensão, o presente estudo teve como meta a construção de um estado do conhecimento de forma a identificar como o ENADE enquanto avaliação em larga escala, considerando que este pode ser um instrumento de formulação e

implementação de políticas públicas educativas e pode interferir em um curso, atua na qualidade do ensino superior em todo o Brasil. Desse modo, analisa-se ainda que o estado do conhecimento permite uma investigação mais detalhada sobre a produção acadêmica e a confiabilidade dos pressupostos teóricos aplicados para a construção do estudo.

Pode-se compreender assim, que o estado do conhecimento, é uma construção acadêmica de essencial relevância para a construção de dissertações e teses, constituindo elementos essenciais para a ampla compreensão do tema discutido e dos materiais que embasaram a construção do estudo, pautando-se na boa explanação da temática explorada.

Com o propósito de melhor conhecer o estudo aqui construído é importante observar como foi construída a pesquisa, que fundamentou o estado do conhecimento, sendo que no caso em específico deste estudo, foram escolhidos os seguintes descritores: “ENADE”; “ENADE e instrumento de políticas públicas educativas” e “ENADE e Ciências Contábeis”. O objetivo proposto foi analisar a influência do ENADE enquanto instrumento de avaliação em larga escala e fonte de elaboração de políticas públicas. A escolha pela Ciências Contábeis como base de análise da influência do ENADE no curso, teve relação com a formação deste pesquisador e com o seu conhecimento prévio sobre o funcionamento deste curso no campo acadêmico.

Aqui cabe ainda analisar que as políticas públicas educativas podem ser consideradas como essenciais instrumentos de qualificação da educação em todos os níveis, sendo vital para permitir que as IES possam atuar de forma qualitativa em seus cursos superiores.

Para a elaboração do presente estado do conhecimento foi realizada uma pesquisa em que foram mapeadas as Dissertações de Mestrados (DM) e Teses de Doutorado (TD) de universidades brasileiras, coletadas junto ao banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), especificamente, na Plataforma Sucupira na “coleta CAPES”. Constituindo uma das partes mais complexas e demoradas no desenvolvimento deste estudo, pois foi necessário o levantamento de centenas de estudos, bem como, uma leitura prévia de cada trabalho, de modo a avaliar se esses eram pertinentes para a discussão do tema em análise nesta dissertação.

Com o tema ENADE foram encontrados 533 (quinhentos e trinta e três) trabalhos acadêmicos sendo 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) DM e 77 (setenta e sete) TD. De posse dos trabalhos foram realizadas buscas no trabalho sobre o que tratavam os estudos, com leitura no resumo e, com essa ação, foi diagnosticado que a maioria dos estudos somente citavam a existência do ENADE sem qualquer forma de aprofundamento, bem como, os estudos tratavam da influência e perspectivas do ENADE considerando outros cursos superiores como Pedagogia, Letras, Informática, Educação Física, dentre outros, os quais foram excluídos. Por fim, chegou-se a uma quantidade de 06 (seis) DM e 03 (três) TD, as quais foram objetos de análises deste levantamento.

A fonte de acesso para a realização do presente estado do conhecimento foi a Plataforma Sucupira na “coleta CAPES”, conforme o demonstrativo apresentado na figura 1.

Figura 1: Plataforma Sucupira – Coleta CAPES



Fonte: Plataforma Sucupira (2021)

A Plataforma Sucupira é um manancial de dados acadêmicos e sua importância enquanto fonte de pesquisas torna este estudo ainda mais relevante do ponto de vista de estudo desenvolvido em nível superior com o propósito de discussão acadêmica sobre um tema específico. Assim, a referida plataforma possibilitou a execução da pesquisa para a elaboração do estado do conhecimento deste estudo, bem como, permitiu a qualidade acadêmica das discussões apresentadas.

Nesse sentido, buscando melhor conhecer os caminhos em que foram realizados os levantamentos para a construção desse estado do conhecimento é relevante levantar acerca do histórico da base de dados contida na Plataforma Sucupira, a qual tem sua história construída a partir das informações aqui apresentadas, sendo que:

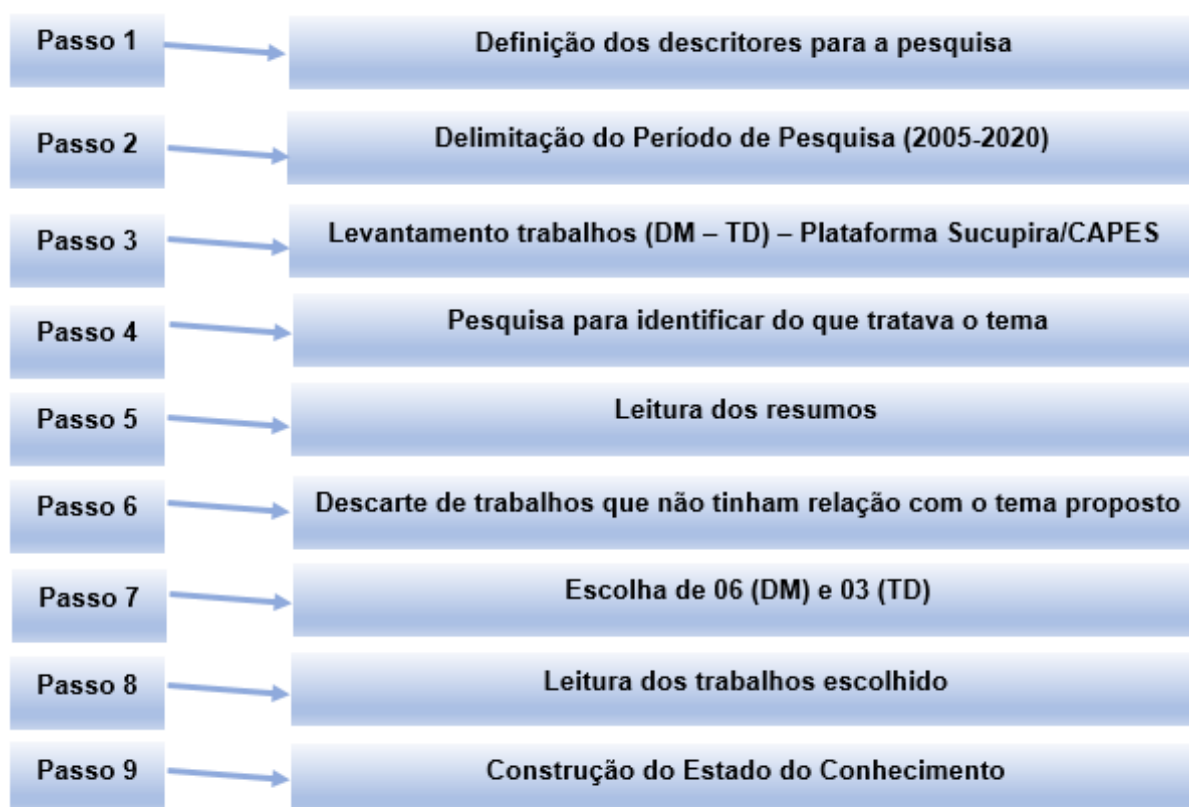
O nome da Plataforma Sucupira é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965. O documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes dos dias de hoje. Newton Lins Buarque Sucupira nasceu em Alagoas em 9 de maio de 1920 e faleceu no Rio de Janeiro em 26 de agosto de 2007. O acadêmico tinha formação em história e filosofia da educação e foi referência na educação brasileira (ARCANJO, 2018, p. 1).

Analisa-se que a referida base de dados tem como objetivo oferecer aos pesquisadores dados suficientes para o conhecimento da produção científica em todo o Brasil, tornando-se uma Plataforma que atua em conjunto com a CAPES e busca apresentar os melhores trabalhos de instituições consideradas por sua qualidade no campo do incentivo da pesquisa em todo o Brasil, sejam tais instituições públicas ou privadas.

Cabe aqui pontuar, a partir da realização da pesquisa para a construção do estado do conhecimento, que os estudos acadêmicos brasileiros vêm demonstrando melhoria no campo qualitativo nas últimas duas décadas, sendo que muito dos estudos levantados, foram analisados e citados devido a excelência no campo do conteúdo e da linguagem acadêmica utilizada para a sua construção, evidenciando a evolução das IES no Brasil no quesito produção científica.

Depois de entrar no banco de dados da Plataforma Sucupira foram realizados os seguintes procedimentos para a coleta dos dados, conforme o demonstrativo da figura 2:

Figura 2: Procedimentos para Coleta dos Dados



Fonte: Elaborado pelo Pesquisador (2021)

Cada um dos passos apresentados na figura 2 foram construídos com afincos, muito embora houvesse alguns períodos de hiatos da pesquisa, em que a desmotivação surgia como problema de trabalho na pesquisa, porém, a continuidade se deve pela orientadora desse trabalho e pela valorização dos esforços do pesquisador na construção do estado do conhecimento e do próprio desenvolvimento do estudo da dissertação.

Os descritores escolhidos foram: “ENADE”; “ENADE e instrumento de políticas públicas educativas” e “ENADE e Ciências Contábeis”, permitindo filtrar os trabalhos entre 2005 e 2020, sendo que os DM selecionados foram entre 2008 a 2018 e os TD entre 2011 a 2016, como se observa na tabela 1:

Tabela 1: Tipo de trabalho e ano de publicação

Tipo de Estudo	Ano de Publicação	Tipo de Estudo	Ano de Publicação
DM	2008	TD	2011
	2008		2012
	2013		2016
	2015		
	2015		
	2018		

Fonte: Elaborado pelo Pesquisador (2021)

Observou-se que no caso das DM os anos de 2008 e 2015 apresentaram 66,6% de todo o grupo de publicação desse tipo, sendo que em cada ano o percentual foi de 33,3%, os demais estudos tiveram ano de publicação em 2013 e 2018, ambos com 16,7% do total do grupo selecionado. É preciso ainda ponderar que embora a produção de DM seja quantitativamente mais expressiva no Brasil do que as TD, ambas são essenciais para a amplitude de conteúdo na elaboração do presente estudo. Quanto às TD selecionadas observou-se que foi encontrado uma em cada ano considerando uma TD em 2011, uma em 2012 e uma em 2016.

Depois de selecionados os trabalhos pertinentes ao estudo aqui construído, foram realizados estudos mais aprofundados, com leituras minuciosas em cada um dos trabalhos escolhidos a partir de uma leitura prévia, de forma a identificar especificidades de cada pesquisa, considerando se as referidas produções científicas traziam a temática ENADE enquanto instrumento de políticas públicas e o ENADE considerando sua influência para a qualidade do ensino superior no Curso de Ciências Contábeis.

Ao tratar sobre a temática avaliações de forma significativa Cordazzo (2018, p. 26), comenta que a avaliação: “[...] realizada em sala de aula, que se refere à aprendizagem, a avaliação institucional, que avalia o processo pedagógico, e a avaliação em larga escala, a qual abrange os sistemas de ensino e destina-se a orientar políticas públicas educacionais”. Isto aponta para o fato de que o autor traz a definição de que as avaliações de larga escala como é o caso do ENADE, não apenas avalia o conhecimento do egresso de um curso de graduação, mas, também toda a estrutura da IES.

Faz-se necessário apresentar que as duas DM que tratam sobre o ENADE no contexto do Curso de Ciências Contábeis são produções quantitativas, que visam mensurar estatisticamente o desempenho dos cursos de Ciências Contábeis, de

forma que os dados possam gerar políticas públicas para identificar os problemas de desempenho encontrados e as formas de resolver às referidas questões (SOUZA, 2008; FERREIRA, 2015). Enquanto que a TD que trata especificamente do desempenho dos acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis trata-se de um estudo teórico empírico e, tem como propósito, avaliar se o ENADE e outras formas de avaliação em larga escala são positivas para o referido curso de ensino superior (SANTOS, 2012).

A TD de Silva (2011, p. 13) traz importantes considerações ao afirmar que: “[...] cabe avaliar mais criticamente se na prática o ENADE conseguiu avançar em todos esses pontos considerados frágeis no ENC, questionamentos que se espera poder contribuir com o presente trabalho”. Como se percebe o Exame Nacional de Cursos (ENC) apresenta-se como um complexo instrumento de avaliação e, por isso, a necessidade de avaliar tais exames como é o caso específico do ENADE, de forma a compreender se essa proposta avaliativa efetivamente traz os benefícios desejados.

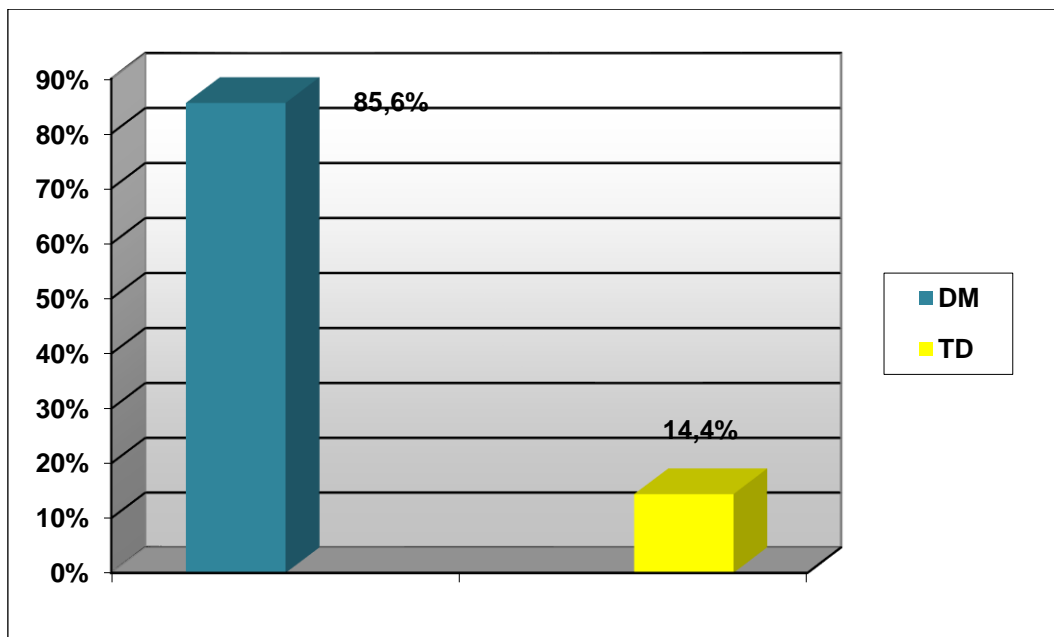
Cabe aqui considerar que o ENADE é um sistema de avaliação em larga escala, que foi solidificado a partir de outros tipos avaliativos como o próprio “provão” e, em cada nova legislação sobre esses instrumentos avaliativos houve a busca por melhorar a sua qualidade de modo que efetivamente fosse capaz de tornar-se a base para a construção de políticas públicas e mudanças no ensino superior brasileiro.

Nesse sentido e, de posse das informações observadas durante a construção de presente estado do conhecimento é relevante que sejam analisados os estudos escolhidos como mananciais de informações e de pesquisa, considerando um processo de análise quantitativo e qualitativo dos dados, como seguem nos subtítulos na sequência.

2.3. Análise Quantitativo dos Dados

Quando analisados os dados sob a forma quantitativa é relevante apontar que dentre os trabalhos encontrados com o descritor ENADE, em relação ao tipo de estudo tem-se o representativo no gráfico 1:

Gráfico 1: Percentual Total de DM e TD na Plataforma Sucupira



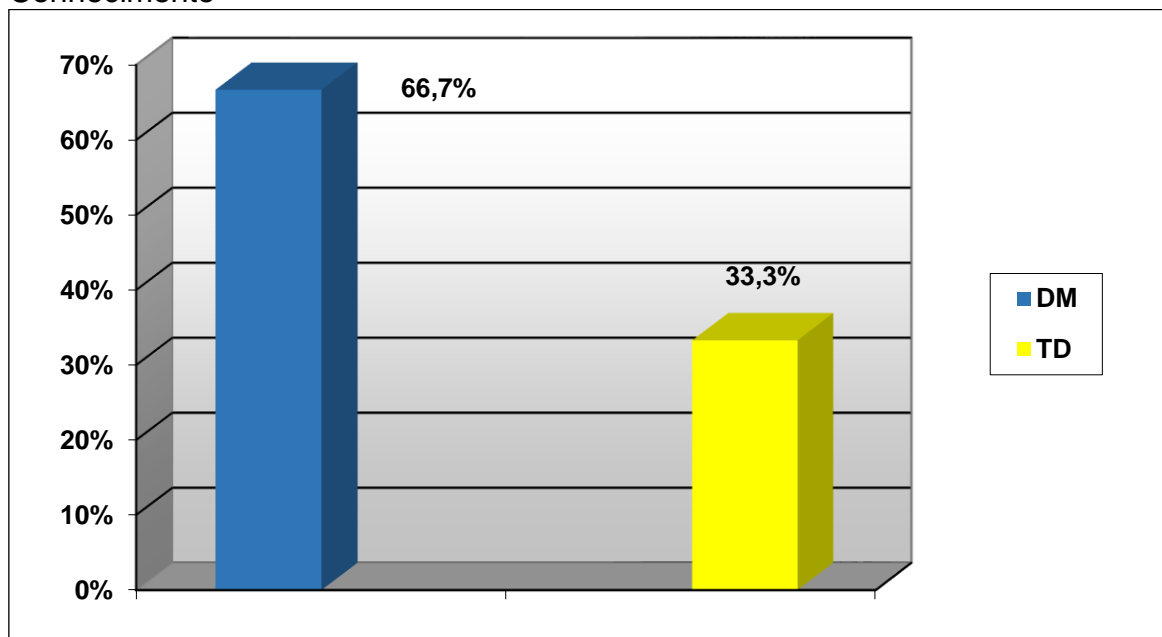
Fonte: Elaborado pelo Pesquisador (2021)

Ao observar que dentre os estudos com o tema ENADE foram encontrados 533 (quinhentos e trinta e três) dos quais 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) DM e 77 (setenta e sete) TD, analisa-se o fato de que esse tema apresenta-se com maior intensidade quantitativa nos cursos de mestrados em todo o Brasil.

Outro ponto que deve ser considerado é que no Brasil quanto mais elevado o nível de estudo, menos quantitativos de estudantes e pesquisadores, seja pela falta de incentivo nos mestrados e doutorados por parte de políticas públicas, seja pela falta de concepção dos pesquisadores sobre a importância da formação superior em nível de mestrado e doutorado, para o aprimoramento das IES e da qualidade do conhecimento e práticas pedagógicas docentes.

Importante ainda salientar o maior quantitativo de trabalhos DM em relação as TD, mesmo dentre os estudos selecionados, pois, no que se refere aos trabalhos escolhidos para análise, contempla-se que a composição do presente estado do conhecimento, tem-se que dentre os 09 (nove) analisados, 06 (seis) são do tipo DM e 03 (três) do tipo TD e, de acordo com os percentuais de estudo selecionados segundo o tipo são representados no gráfico 2:

Gráfico 2: Percentual de DM e TD Seleccionados para a Composição do Estado do Conhecimento



Fonte: Elaborado pelo Pesquisador (2021)

Quando se faz um comparativo entre os dados dos gráficos 1 e 2, observa-se que as TD são apenas 14,4% do total de estudos encontrados com o descritor ENADE (gráfico 1), porém, são 33,3% do total de estudos selecionados para a composição do estado do conhecimento (gráfico 2).

Analisa-se a importância do tema ENADE tanto em nível de mestrado quanto de doutorado, tendo em vista que esse instrumento de avaliação tem o potencial de influenciar como as IES são avaliadas no mercado e no campo social e, dessa forma, se a avaliação não retrata a realidade da estrutura como um todo, mas, apenas o momento do saber ou não saber do egresso pode gerar uma avaliação equivocada.

Depois da identificação quantitativa dos trabalhos selecionados na Plataforma Sucupira/CAPES para a estrutura do estudo do conhecimento aqui apresentado, faz-se importante fazer um resumo das informações dos trabalhos como se observa no quadro 1 o ano de publicação do estudo; nome do pesquisador; tipo de trabalho; título do trabalho e a IES:

Quadro 1 – Informações das DM e TD selecionadas para o estado do conhecimento

Ano	Pesquisador	Tipo	Título	IES
2008	Emerson Santana de Souza	DM	ENADE 2006: determinantes do desempenho dos cursos de Ciências Contábeis	Programa Multi-institucional e Inter-Regional da Universidade de Brasília-UNB, Universidade Federal da Paraíba-UFPB e Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
2008	Viviane Aparecida Rodrigues	DM	ENADE – contribuições, avanços e limites do processo de avaliação na formação dos estudantes de graduação	Universidade Federal de Minas Gerais
2011	Marjorie Cristina Rocha da Silva	TD	Validade do ENADE para avaliação da qualidade dos cursos: modelo de Rasch e Multinível	Universidade São Francisco
2012	Nálbia de Araújo Santos	TD	Determinantes do desempenho acadêmico dos alunos de Ciências Contábeis	Universidade de São Paulo-USP
2013	Lúcia Helena Gazolla Reis de Souza	DM	Políticas públicas em educação superior no Brasil: análise do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, na perspectiva do Modelo do Ciclo Político	Universidade Federal de Viçosa
2015	Mônica Aparecida Ferreira	DM	Determinantes do desempenho discente no ENADE em cursos de Ciências Contábeis	Universidade Federal de Uberlândia
2015	Tainá Fernandes de Brito	DM	Corpo docente: fatores determinantes do desempenho discente no ENADE	Universidade de São Paulo-USP
2016	Solange Munhoz Arroyo Lopes	TD	O SINAES, o ENADE e a formação geral dos estudantes da educação superior: um estudo de intervenção	Universidade Estadual de Campinas
2018	Evanilde Gollo Cordazzo	DM	Percepção dos coordenadores de cursos de graduação em relação às estratégias para melhoria dos indicadores do ENADE	Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Fonte: Elaborado pelo Pesquisador (2021)

Depois da apresentação quantitativa dos dados coletados é importante trazer as análises qualitativas, sendo que para isso serão apresentadas informações específicas das DM e TD selecionadas, estudos que não apenas compuseram a elaboração do estado do conhecimento, como foram ativamente utilizados na construção do presente trabalho, discutindo de forma crítica o ENADE e sua influência nas políticas públicas educativa e na transformação dos cursos de graduação nas instituições públicas e privadas.

2.4. Análise Qualitativa dos Dados

A apresentação das análises qualitativas dos dados coletados, quanto aos trabalhos selecionados e utilizados para a construção do estado do conhecimento, traz em ordem de ano de elaboração/publicação do trabalho (DM e TD), de modo crescente, o objetivo geral de cada trabalho e uma importante citação referente ao tema ENADE, que constituiu o tema base dos estudos selecionados e também é principal temática aqui tratada.

O estudo de Emerson Santana de Souza (2008, p. 16) é uma DM com o título “ENADE 2006: determinantes do desempenho dos cursos de Ciências Contábeis”, que apresentou como objetivo geral: “[...] identificar fatores determinantes do desempenho dos cursos de Ciências Contábeis no ENADE/2006. [...]”. Assim, ao tratar sobre um dos principais motivos que abonam, ratificando como positiva, a execução da avaliação em larga escala como é o caso do ENADE no ensino superior brasileiro, tem-se que:

O crescimento quantitativo das instituições privadas de ensino superior fez com que a educação ficasse mais acessível, mas não se sabe se houve crescimento qualitativo. O Brasil vem adotando sistemas de avaliação que permitem aferir não só o desempenho dos alunos, mas também a qualidade dos cursos e das instituições (SOUZA, 2008, p. 22).

Analisa-se na compreensão de Souza (2008), que o principal aspecto a ser observado, com relação a aprovação do ENADE, no campo de melhoria da qualidade dos cursos e das instituições de ensino superior no Brasil é que esse instrumento tem o potencial de identificar se houve aumento da qualidade do ensino superior no país ou apenas da quantidade de IES, questão essa de extrema importância para o desenvolvimento do presente estudo.

Fazendo relevantes considerações sobre o estudo apresentado, cabe aqui uma análise crítica acerca dessa concepção tendo em vista que o desempenho dos egressos na prova do ENADE, não apenas tem relação com a qualidade do ensino oferecido pela IES, como também com o comprometimento dos estudantes durante o curso e, ainda, com o interesse em ter um bom desempenho na referida prova. Desse modo, é certo que existem diferentes fatores que precisam ser alinhados para efetivamente considerar se o ENADE pode ser considerado como a real “fotografia” da qualidade da instituição, ou ainda, precisa ser melhor analisado os reais motivos que levaram ao desempenho dos estudantes na avaliação.

Na continuidade de apresentação dos trabalhos selecionados, tem-se o estudo (DM) “ENADE – contribuições, avanços e limites do processo de avaliação na formação dos estudantes de graduação”, de autoria da pesquisadora Viviane Aparecida Rodrigues (2008, p. 6), estudo que teve como objetivo: “[...] analisar as contribuições do ENADE para o aperfeiçoamento dos cursos de graduação, tendo a Universidade Federal de Minas Gerais como instituição de referência para realização do estudo”, sendo que referido estudo foi realizado em uma IES do Estado de Minas Gerais.

No que se relaciona a avaliação interna e externa nas escolas e seu processo de melhoria do cenário educativo, a pesquisadora traz em seu estudo a seguinte consideração:

[...]. A questão da avaliação vem sendo amplamente discutida nos segmentos externos e internos da escola, devido a sua centralidade e importância no cenário educacional e se caracteriza como um tema complexo, admitindo variadas interpretações em torno do seu significado e função (RODRIGUES, 2008, p. 15).

Como bem explica Rodrigues (2008), em seu estudo, é complexa a discussão sobre a avaliação, tendo em vista que são encontrados fatores positivos e negativos tanto sobre a interna quanto a externa. Dessa forma, é essencial que sejam desenvolvidos mais trabalhos acadêmicos que levantem este questionamento, buscando analisar se tais processos trazem positividade no contexto, bem como os riscos/benefícios.

Retoma-se aqui a compreensão de que essas avaliações, internas ou externas, são dependentes de diversos fatores, inclusive do com relação a participação de desempenho de professores e estudantes, nesse sentido, a discussão sobre as mudanças trazidas pelo ENADE precisa ser amplamente abordada, de forma a compreender a sua eficiência no quesito mudança na qualidade do processo educativo das IES.

Na apresentação qualitativa de outro estudo, especificamente, na TD de Marjorie Cristina Rocha da Silva com o tema “Validade do ENADE para avaliação da qualidade dos cursos: modelo de Rasch e Multinível”, tem que o objetivo geral apresentado no trabalho foi:

[...] discutir a validade e as implicações práticas e metodológicas em avaliar a qualidade dos cursos a partir de medidas do desempenho dos estudantes, como proposto no ENADE, por meio do modelo de Rasch e Multinível. Ou seja, até que ponto o desempenho do estudante reflete a qualidade de um curso e pode ser afirmado por meio dessas medidas (SILVA, 2011, p. 78).

A TD de Silva (2011) já traz em seu objetivo o propósito de sua discussão, que também contempla um dos fundamentos do desenvolvimento do presente estudo, quais sejam as interferências que podem surgir a partir do ENADE no Curso de Ciências Contábeis.

As mudanças que o Estado vem gerando no ensino superior a partir de políticas públicas não apenas trouxeram transformação na organização institucional das IES, como também, acabaram atingindo o profissional docente e, nesse campo, foi intensificado um processo de precarização do trabalho dos professores, os quais, nem sempre possuem as condições adequadas para desenvolver suas atividades de forma efetivamente crítica e transformadora (MELO; OLIVEIRA, 2010).

Nesse sentido, analisa-se que o presente estado do conhecimento trouxe importantes estudos que resgatam e apresentam a complexidade das avaliações, especialmente, as de larga escala como o ENADE, que acabam por ter influência na atividade docente e na mercantilização do trabalho e do trabalhador.

Na sequência da construção do estado do conhecimento, tem-se a importante consideração sobre a estrutura do ENADE em que a pesquisadora em seu estudo de TD ressalta que:

A prova do ENADE apresenta 40 questões que avaliam conhecimentos, competências profissionais e habilidades acadêmicas de estudantes do Ensino Superior. Dessas questões, 10 são relativas ao componente de Formação Geral (sendo 8 objetivas e duas dissertativas), e 30 itens específicos da área do curso em avaliação (componente específico avaliado por 24 questões objetivas e seis dissertativas) (SILVA, 2011, p. 78).

Quando se observa a estrutura do ENADE é importante, que sejam levantados os cursos que oferecem conhecimentos diversos e, especialmente, se tem a preocupação de passar conteúdos, que fundamentem uma formação universitária com base na ética e na profissionalização dos estudantes, bem como se os conteúdos programáticos do curso contemplam conhecimentos gerais ou são apenas específicos de um curso.

As exigências da prova do ENADE são amplas e, por isso, é importante que as IES possam oferecer aos estudantes cursos preparatórios para essa avaliação, preparando os egressos para o seu bom desempenho na realização da prova e,

certamente, demonstrando a qualidade da educação superior recebida. Todavia, professores e estudantes precisam de elementos materiais, de tempo e conteúdo para essa preparação para a avaliação do ENADE.

Na análise qualitativa de outro estudo intitulado “Determinantes do desempenho acadêmico dos alunos de Ciências Contábeis”, tem-se a TD de Nálbia de Araújo Santos (2012, p. 21), a qual traz como objetivo geral: “[...] analisar o efeito de características individuais e institucionais sobre o desempenho acadêmico dos estudantes de Ciências Contábeis, por meio dos resultados alcançados no ENC-Provão 2002 e 2003 e no ENADE de 2006. [...]”.

Os objetivos do trabalho de Santos (2012) já apresentam um importante aspecto a ser considerado, que vem a ser as características individuais e institucionais que influenciam direta e indiretamente o desempenho dos estudantes dos cursos de Ciências Contábeis e, nem sempre tais aspectos influenciam ou são influenciados pelo ENADE. Por isso, é pertinente que sejam realizados estudos sobre como essas avaliações de larga escala podem efetivamente influenciar a transformação da qualidade dos cursos superiores nas IES.

Considera-se relevante apontar que Santos (2012) traz uma análise mais ampla dos resultados dessas avaliações em larga escala, não apenas buscando o desempenho dos cursos de Ciências Contábeis a partir da avaliação do ENADE, mas, também fazendo um resgate histórico sobre os resultados do Exame Nacional de Cursos (ENC), o que aponta para uma ampla visão sobre os aspectos que envolvem esses processos de avaliação externa.

Analisa-se que o resgate histórico dos diversos tipos de avaliações externas que tiveram no Brasil até chegar ao ENADE é importante para conhecer as particularidades de cada um e, como pode-se considerar o ENADE um processo evolutivo desse tipo de avaliação, sendo que no decorrer deste estudo também foram apresentados o PAIUB, Provão até chegar ao ENADE como última modalidade de avaliação para a transformação das políticas públicas educativas.

No entendimento de Santos (2012), muito embora o ENADE possa ter sido criado com o propósito de se distanciar do antigo Provão, a verdade é que os egressos dos cursos, como o caso de Ciências Contábeis, ainda possuem essa visão e, por isso e, ainda, outros fatores como a própria falta de preparação dos estudantes pelas instituições de ensino superior é gerado um quadro que apresenta inúmeras dificuldades na realização desse exame.

Na continuidade da elaboração do presente capítulo que contempla o estado do conhecimento é importante trazer as especificidades da DM “Políticas públicas em educação superior no Brasil: análises do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, na perspectiva do Modelo do Ciclo Político”, da pesquisadora Lúcia Helena Gazolla Reis de Souza (2013, p. 3), que apresentou como objetivo geral de seu trabalho: “Analisar o ciclo político do ENADE enquanto um dos instrumentos de avaliação da educação superior e de orientação para os gestores dos cursos e das instituições de ensino superior”.

Considera-se necessária a discussão de que no entendimento de Souza (2013), o ENADE pode ser compreendido como um instrumento de avaliação da educação superior, que atinge todas as IES no Brasil, concepção essa que vai ao encontro de outros estudiosos, considerando esse processo capaz de não apenas identificar o desempenho dos estudantes, mas, a capacidade docente e qualidade de toda a instituição.

Como se pode perceber existem elementos positivos e negativos no ENADE, dessa forma, cabe a execução de estudos que possam ampliar o conhecimento desse instrumento e, a partir dessa análise, se certificar se essa forma de “exame” aos egressos dos cursos superiores em todo o país é um elemento eficiente para a mudança da qualidade dos cursos e das instituições.

Faz-se ainda válido ressaltar que no entendimento de Souza (2013, p. 6), considerando o ENADE um instrumento para a implementação de políticas públicas educativas é importante observar que: “Na perspectiva de que as políticas públicas são de responsabilidade do Estado, esse desenvolve ações e intervenções, atendendo ou não necessidades e interesses da população em vários setores: social, econômico, cultural, dentre outros”.

Com foco nessa concepção positiva do ENADE é preciso saber se as informações coletadas durante a execução da referida avaliação auxiliam as políticas públicas educativas, ou ainda, se o Estado se utiliza dos resultados do exame apenas para ranquear as instituições ou, simplesmente, para buscar falhas nas IES que não são solucionadas com novas políticas educativas.

Nesse sentido, Souza (2013) entra na discussão de que o ENADE enquanto instrumento de política pública deve estar consoante ao interesse do poder público e não propriamente ao interesse do setor, que no caso é o educativo. Tal afirmativa precisa ser problematizada.

A problematização da afirmativa de Souza (2013) gera amplo debate no momento em que se concebe, que as políticas públicas educativas elaboradas e reelaboradas a partir dos dados do ENADE não deveriam ser apenas de satisfazer o interesse do poder público, mas, especialmente, da comunidade acadêmica e de todos de modo geral, pois, a qualidade da educação superior é fator que influencia cotidianamente na vida de toda a sociedade.

Na sequência dos estudos apresentados no quadro 1, a DM intitulada “Determinantes do desempenho discente no ENADE em cursos de Ciências Contábeis” de Mônica Aparecida Ferreira (2015, p. 19), trouxe como objetivo geral: “[...] identificar as variáveis significativas na explicação do resultado do ENADE 2012 em Ciências Contábeis”. Isto significa dizer que o interesse da pesquisadora é compreender o comportamento das variáveis para explicar os resultados da avaliação do ENADE de 2012 e, para isso, considerou os resultados do desempenho dos estudantes dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil.

Em se tratando de construção do estado do conhecimento é relevante ainda trazer o que Ferreira (2015) constatou a importância em desenvolver novos estudos para avaliar o ENADE e o seu desempenho junto aos cursos de Ciências Contábeis, citando inclusive que existe uma baixa gama de estudos sobre essa temática, sendo que esta consideração vem ao encontro do que foi encontrado na elaboração deste estado do conhecimento, pois, percebeu-se que outros cursos como Educação Física e Pedagogia trazem maior referência a avaliação do ENADE enquanto instrumento qualificador do ensino superior.

Com esse processo analítico, aqui adentra-se no entendimento de que o estudo, aqui estruturado, não entra no mérito de avaliar a necessidade ou não do ENADE enquanto instrumento capaz de direcionar as políticas públicas educativas e, ainda, qualificar o ensino superior, mas, se observa para o fato da efetividade deste instrumento ou se o mesmo não vem sendo utilizado pelo governo unicamente como forma de regulação do referido curso, não trazendo efetivos resultados para a qualificação dos cursos de graduação.

É perspicaz a compreensão que em diversos casos o objeto do governo não é o mesmo da comunidade acadêmica ou da sociedade, ou seja, existe uma lacuna de intenções político-administrativas, as quais podem fazer com que esse tipo de avaliação tenha cunho unicamente político, sem efetivas transformações no campo educativo.

Continuando a observação dos estudos coletados para a construção do estado do conhecimento, na DM com o título “Corpo docente: fatores determinantes do desempenho discente no ENADE” de Tainá Fernandes de Brito (2015, p. 17), apresentou como objetivo geral do estudo: “[...] determinar como as características do corpo docente de uma IES influenciam o desempenho dos concluintes de seus cursos de graduação em Administração no ENADE”. Neste caso, a busca pelo interesse a identificação de características do ENADE está diretamente relacionada ao Curso de Administração, sendo que o referido estudo foi selecionado, porque traz um importante questionamento sobre o papel do corpo docente no desempenho dos estudantes nesta avaliação em larga escala, elemento este que também será trabalhado no presente estudo.

Afirma-se que o trabalho de Brito (2015) tem o potencial de trazer elucidações sobre a influência do corpo docente no desempenho dos estudantes no ENADE, sendo que o próprio instrumento tem como um dos objetivos a avaliação dos professores e do sistema educativo, constituindo o desempenho dos estudantes um reflexo de toda a estrutura do ensino superior.

É complexa a avaliação dos professores, pois a qualidade das práticas pedagógicas é dependente de diversos elementos, como a valorização do trabalho docente, o reconhecimento da importância do professor na instituição e na sociedade e, ainda, a disponibilidade de materiais e instrumentos tecnológicos para que efetivamente o professor possa fazer a diferença no aprendizado acadêmico dos estudantes e, favorecer/facilitar o desempenho dos estudantes no ENADE.

Quanto a última TD, com o título “O SINAES, o ENADE e a formação geral dos estudantes da educação superior: um estudo de intervenção”, ao ser analisada observou-se que o objetivo geral do estudo de Solange Munhoz Arroyo Lopes trouxe como propósito:

[...] identificar se a inclusão de uma disciplina voltada para os conteúdos de Formação Geral, propostos pelas diretrizes do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes – ENADE, em todos os cursos de graduação de uma IES, poderia contribuir para o progresso do estudante nessa parte da prova (LOPES, 2016, p. 6).

Cabe aqui analisar a importância da consideração acerca do desempenho dos estudantes no ENADE, ponderando inclusive a forma com que a avaliação é realizada e a efetividade de análise da qualidade do curso superior avaliando, dentre outros fatores, a presença de conteúdos de formação geral, o que na maioria dos cursos

superiores são conteúdos dos primeiros anos, por não serem específicos e, também não são do interesse dos estudantes, que preferem os conteúdos específicos de seus cursos.

Ao tratar sobre o ENADE em sua TD de Lopes (2016, p. 13) esclarece que: “A avaliação educacional enseja um compromisso político complexo e, acima de tudo, um compromisso com a aprendizagem e a formação dos estudantes”. Neste sentido, é preciso compreender que a complexidade das avaliações em larga escala como o caso do ENADE acaba por gerar lacunas no campo educativo, que devem ser preenchidas pelas políticas públicas. Todavia, é preciso que tais políticas tenham escopo educativo e não se alicercem unicamente em um processo de político eleitoral, como ocorre no Brasil.

Por fim, o último estudo a ser analisado é a DM com o título “Percepção dos coordenadores de cursos de graduação em relação às estratégias para melhoria dos indicadores do ENADE” da pesquisadora Evanilde Gollo Cordazzo (2018, p. 20), que trouxe como objetivo geral: “[...] analisar a percepção dos coordenadores de curso de graduação das IES da ACAFE¹ referente às estratégias para melhoria dos indicadores no ENADE”.

Esse estudo apresenta outro importante ator a ser observado no contexto da avaliação do ENADE, que são os coordenadores de cursos de graduação da ACAFE. Todavia, cabe aqui a possibilidade de considerar o efetivo papel desses coordenadores nos cursos de Ciências Contábeis e todos os cursos superiores como agentes de qualificação dos estudantes e do seu desempenho.

Quando Cordazzo (2018, p. 16) avalia o ENADE aclara o seu entendimento sobre as políticas públicas educativas ao considerar que: “[...] as políticas públicas de Educação Superior visam nortear, substancialmente, esse processo, uma vez que compete ao Estado implantar, regular e avaliar essas políticas. [...]”.

Neste sentido, o estado do conhecimento aqui apresentado ensaia novos olhares para o estudo a ser realizado, considerando a observação teórica sobre os fatores que influenciam no desempenho dos estudantes nas avaliações do ENADE, como os próprios estudantes, o corpo docente e, inclusive, como pontua Cordazzo (2018) os coordenadores de curso.

¹ ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

No momento em que se inicia um estudo acadêmico uma das principais questões que geram preocupação aos pesquisadores é a metodologia utilizada, ou seja, o caminho percorrido para que os objetivos traçados possam ser alcançados. Dessa forma, compreender o que é metodologia e sua importância para a construção do trabalho científico torna-se essencial para o caminhar do pesquisador.

Assim, compreende-se que metodologia segundo Richardson (2017, p. 22), tem como conceito o conjunto de: “[...] procedimentos e regras utilizadas por determinado método”, isto é, o caminho que possui ações preestabelecidas que permitem a elaboração de um estudo com qualidade e potencialidade acadêmica efetiva.

A realização deste estudo utilizou o método dedutivo, com pesquisa básica segundo a sua natureza; pesquisa qualitativa quanto a abordagem do problema; quanto aos objetivos a pesquisa foi exploratória e no que se referem aos procedimentos técnicos a pesquisa foi do tipo bibliográfica.

Este estudo possui método dedutivo, que de acordo com Gil (2019) é um tipo de pesquisa que parte do geral ou de princípios aceitos como verdadeiros e indiscutíveis, indo até o conhecimento particular. É, desse modo, um método que finaliza com uma afirmativa que é construída a partir do desenvolvimento de um estudo particular. Pode-se compreender que o método dedutivo é a afirmação de uma premissa geral a partir da ampla análise e a reafirmação da referida premissa a partir de um particular.

Segundo a natureza do estudo este trabalho contemplou uma pesquisa básica, sendo que este tipo de pesquisa segundo Gil (2019) tem como objetivo a geração de conhecimentos novos de forma a permitir o avanço da ciência sem, no entanto, a aplicação prática prevista dos resultados encontrados.

A pesquisa básica abre caminhos para o encontro de dados primários e secundários, que possam gerar novo conhecimento, bem como, pode fomentar o desenvolvimento de novos estudos de forma a ampliar a prática dos conhecimentos estruturados. Importante que no caso específico do presente estudo o seu caminho foi construído somente com dados secundários, ou seja, dados já trabalhados por outros pesquisadores, que embasaram a construção de conhecimento aqui apresentada.

No que se refere a abordagem do problema a pesquisa é do tipo qualitativa, que segundo Richardson (2017) é um tipo de metodologia que permite descrever determinado problema, a partir da análise de conteúdo, ou seja, de uma análise profunda em dados não estatísticos, mas que podem gerar excelente nível de conhecimento, considerando o conteúdo observado.

A pesquisa qualitativa trouxe uma análise ampla do conteúdo observado e dos dados levantados na pesquisa bibliográfica, fazendo relação com os conhecimentos prévios do pesquisador e com o aprendizado alcançado a partir das informações coletadas e do caminho metodológico traçado.

Analisa-se que a pesquisa do tipo qualitativa vem ganhando espaço no contexto acadêmico, pela participação direta do pesquisador, no que se relaciona a sua interpretação textual e a possibilidade de no momento da revisitação de um estudo trazer um novo olhar conceitual, por vezes, não apresentado no contexto da interpretação do autor do estudo.

No que se referem aos objetivos da pesquisa o presente estudo foi exploratório, que vem a ser uma forma de pesquisa que de acordo com Severino (2017, p. 123-124): “[...] busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa”.

O objeto de estudo aqui apresentado é o ENADE considerando a sua influência, como avaliação de larga escala para a graduação, enquanto um instrumento de interferência nos cursos de graduação.

Na concepção de Marconi e Lakatos (2010) a pesquisa exploratória permite que o pesquisador busque o aprimoramento do seu conhecimento sobre a coisa pesquisada, de forma que ele tenha condições de resolver seu problema de estudo, alcançar os objetivos traçados e, permitindo, a construção de novos conhecimentos tendo a ciência como meio de realização, sendo que esta pesquisa foi assim produzida.

Quando considerados os procedimentos técnicos de elaboração do estudo a pesquisa foi desenhada como do tipo bibliográfica. E para a construção da pesquisa bibliográfica ou pesquisa em dados secundários foram realizados levantamento em bancos de dados científicos, como a Plataforma Sucupira, a CAPES e o Google Acadêmico, a partir dos seguintes descritores: “ENADE”; “ENADE e instrumento de

políticas públicas educativas” e “ENADE e Ciências Contábeis”. Utilizou-se também as legislações pertinentes e autores do campo.

No momento em que se busca compreender o que vem a ser uma pesquisa bibliográfica adentra-se no entendimento de Severino (2017), de que é um tipo de pesquisa que se alicerça na revisitação em dados teóricos já tratados por outros pesquisadores, com análises interpretativas pelo pesquisador, podendo ele ratificar ou retificar o conhecimento científico já construído a partir do seu nível de aprimoramento analítico. É importante ainda ponderar que a pesquisa bibliográfica exercita a capacidade interpretativa do pesquisador e na interpretação de Marconi e Lakatos (2010) é uma das mais importantes fontes de construção de estudo e embasa toda e qualquer pesquisa científica.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCATIVAS E POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO

4.1. Políticas educativas

Antes de adentrar especificamente na abordagem acerca das políticas públicas educativas relacionadas ao ensino superior no Brasil, faz-se importante atentar para o conceito das políticas públicas, pois, o entendimento da base conceitual do que se está argumentando traz benefícios para a ampla compreensão do que se analisa e, especialmente, do que se busca compreender de forma ampla.

Nesse sentido, observa-se o conceito de políticas públicas segundo as palavras de Cavalcanti (2012, p. 31) que assevera ser: “toda e qualquer política concretizada pelo Estado é considerada pública, pois de alguma forma se relaciona com o poder público e seus recursos, sejam eles quais forem”. Sob esse enfoque conceitual compreende-se que as políticas públicas são disciplinadas pelo Governo e podem ser realizadas ou não pelo poder público, mas, tem como foco atender às necessidades e desejos sociais. Em um novo olhar conceitual traz-se o conceito estruturado por Azevedo (2003, p. 1) de que: “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

As políticas públicas são assim, instrumentos que o poder público se utiliza para governar e, para sanar problemas que possam estar ocorrendo em um segmento ou uma atividade. Todavia, é pertinente a compreensão de que as políticas públicas estão relacionadas aos anseios de toda a população e, dessa forma, as políticas públicas educativas no ensino superior precisam estar voltadas para uma formação no ensino superior de qualidade e, especialmente, um processo inclusivo.

Cabe aqui a compreensão de que se as políticas públicas ficam a cargo do governo federal e, simplesmente, cabe aos governos de estados e municípios, bem como às instituições de ensino acatar tais decisões é essencial que todos possam participar do debate e da decisão de ações de forma a periodicamente realizar uma reavaliação ou redefinição de tais políticas (PALMEIRAS; SGARI; SZLAGYI, 2017). Nesse sentido, fica evidente a necessidade de discutir o ENADE enquanto instrumento avaliativo capaz de fomentar as políticas públicas, que possam transformar as IES e os cursos superiores no Brasil.

Não há como negar que as políticas públicas possuem potencial de transformação de todas as áreas dependentes direta ou indiretamente das decisões

do governo federal, no entanto, cabe a necessidade da participação de outras esferas governamentais e da sociedade nas discussões e, no caso específico das políticas educativas, das IES e dos pesquisadores, para ter um olhar crítico e fomentar as decisões de forma a buscar efetivas mudanças.

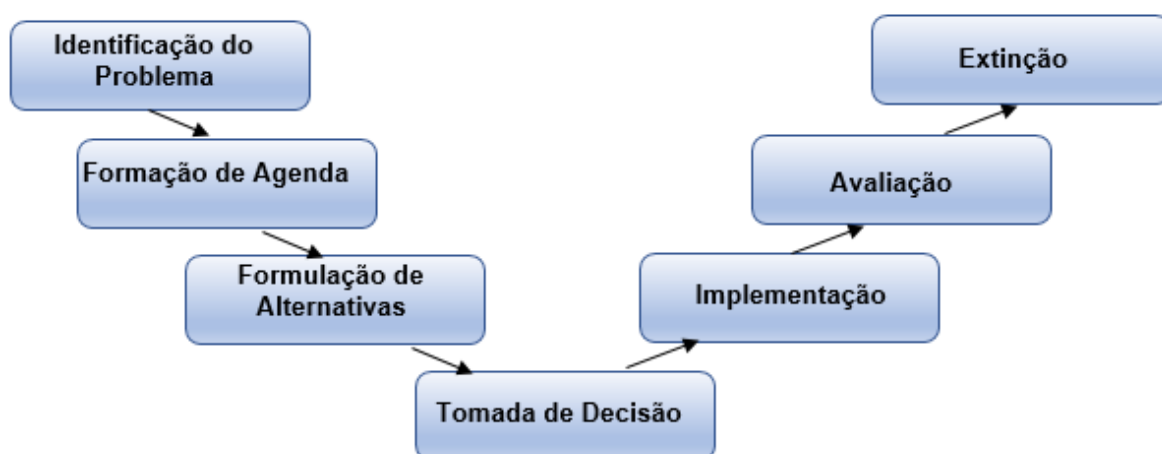
Observa-se que no caso do ENADE a participação das instituições acaba sendo mais efetiva no processo de convencimento de professores e os concluintes dos cursos superiores, de que é importante participar da avaliação e que ela será benéfica para o campo profissional (FELDMANN; SOUZA, 2016).

Nesse sentido, o que se observa é que a participação das IES, dos estudantes e da sociedade nas decisões das políticas públicas educativas não são decisivas e nem permitem um verdadeiro processo democrático, ou seja, as políticas públicas emanadas do ENADE apresentam-se com um só viés de construção, que é o do governo federal.

Pode-se observar que as mudanças advindas com essa avaliação em larga escala não contemplam todas os saberes e opiniões sobre os resultados, deixando inclusive as IES de fora da discussão, acatando-se unicamente o viés político desse instrumento, o que pode ser elemento de redução da transformação dos cursos superiores no Brasil, sendo que tais mudanças se articulam no meio acadêmico por intermédio das discussões de pesquisadores sobre a temática ENADE.

Para melhor compreender os aspectos que envolvem as políticas públicas se faz pertinente um processo de observação de suas fases de forma a compreendê-la com maior precisão e, nesse sentido, no presente estudo é seguido o modelo estrutural de Secchi (2010):

Figura 3: Ciclo de construção das políticas públicas



Fonte: Adaptado de Secchi (2010)

Como se observa na figura 3, que traz o ciclo de construção das políticas públicas se analisa que essas não contemplam estruturas construídas de forma aleatória, mas, seguem um ciclo que se inicia na identificação de um problema (em sua maioria que atinge a população e o seu clamor é o impulso para a realização de ações de transformação), e caminha para a formação de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Isto aponta para um processo que tem por meta identificar e sanar um problema. Muito embora, essas mudanças ainda estão na prática, longe de serem alcançadas devido a outros fatores apresentados neste estudo, como a qualidade das próprias IES e da formação dos professores e suas práticas pedagógicas.

Assim, dialogando com a crítica ao analisar o caso das políticas públicas educativas no ensino superior brasileiro, que tratam sobre a avaliação do desempenho dos estudantes em larga escala, tem-se o fato de que houve a necessidade de identificar a qualidade das IES. No entanto, o que se discute no presente estudo é se tais políticas vieram em favor ou (des)favor da efetiva qualidade dos cursos superiores.

As últimas três décadas trouxeram inúmeras mudanças nas políticas públicas educativas em todo o Brasil, alicerçando as transformações nos campos educativos, políticos, econômicos e sociais. Neste cenário de educação superior em todo o país é importante trazer a década de 1990 como um marco histórico, pois foi um período que despertou calorosas discussões entre docentes, reitores e o governo acerca da avaliação das universidades, que passaram a ser intensificadas (CASTRO et al., 2016).

Para melhor compreender os fatores que envolvem as políticas públicas educativas e suas características no contingente da educação superior no Brasil, tem-se o entendimento de que:

As políticas educacionais, por serem caracterizadas como políticas públicas de cunho social, envolvendo a disponibilização de recursos públicos por parte dos governos, seja federal, estadual ou municipal, compreendendo os planos, diretrizes, metas e estratégias, visam à diminuição das desigualdades sociais existentes no país, direcionadas para a área educacional (MOTA JÚNIOR, 2016, p. 13).

É pertinente levantar a discussão sobre a lacuna existente entre o que são as políticas públicas educacionais no campo teórico e legal e, como elas atuam na prática

no cotidiano da educação em todos os níveis no Brasil e, agora na berlinda, da educação superior, pois, embora possam ser planos e diretrizes para qualificar o ensino e, conseqüentemente, as IES, a verdade é que tais políticas estão longe de alcançar os objetivos traçados tanto no campo teórico quanto na própria letra de sua lei.

Na sequência do estudo, apresentam-se as políticas de avaliação em larga escala, seus pressupostos e evolução, buscando compreender o seu efetivo papel como instrumento de qualificação da educação superior no Brasil.

4.2. Políticas de Avaliação em Larga Escala

No momento em que se trata das políticas públicas trazendo no centro da discussão o ENADE, o que se busca discutir é o funcionamento dessas avaliações de larga escala que há décadas existem no Brasil, com o propósito de transformar a educação, especialmente, em nível superior. Todavia, há que se analisar se tais tipos de avaliações alcançaram o propósito estabelecido para sua criação.

4.2.1. PAIUB e Provão

Muito embora exista uma concepção de que as discussões sobre a avaliação nas instituições de ensino superior, com o propósito de qualificar o aprendizado dos estudantes sejam aspectos da contemporaneidade e, que somente nas últimas décadas elas se agigantam para compreender como funcionam tais processos avaliativos, se faz pertinente trazer fatos históricos que contemplam a longa jornada dessa forma de avaliação em larga escala. Nesse sentido, tem-se a linha histórica do tempo de que:

Antes mesmo das avaliações em larga escala baseadas em exames aplicados aos estudantes assumirem papel relevante nas políticas educacionais no final do século XX, importantes autores destacaram que as condições socioculturais e subjetivas exteriores e precedentes ao ingresso nas instituições educativas são fundamentais no desempenho escolar dos alunos. Nas décadas de 1960 e 1970, o importante sociólogo francês Pierre Félix Bourdieu, por exemplo, ao propor um novo modo de interpretação da escola e da educação, definiu o conceito de capital cultural com base em evidências da forte relação entre desempenho escolar e a origem social dos estudantes (BERTOLIN; MARCON, 2015, p. 108).

Essa discussão sobre os reflexos da realidade social dos estudantes e a relação de seu aprendizado escolar, especialmente, no ensino superior, precisa ser observada, tendo em vista que no Brasil as escolas públicas de ensino básico, em sua maioria, não estão organizadas de forma a possibilitar a preparação dos estudantes para o ensino superior da mesma forma que escolas particulares. Dessa forma, existe ainda hoje no Brasil um processo de distanciamento do aprendizado escolar, quando observadas as classes sociais e o acesso à cultura. Por isso, também, existe dificuldade no desempenho no ensino superior e nas avaliações de larga escala.

Não há como negar que as IES desempenham um papel essencial para o acesso ao ensino superior de forma inclusiva e democrática, até porque a globalização intensificou e fez evoluir o conhecimento e a ciência, ganhando maior atenção na sociedade. Todavia, essas instituições que oferecem cursos superiores recebem um contingente de estudantes que, nem sempre estão verdadeiramente aptos para esse conhecimento, sendo ou o acesso ao curso superior ou o aprendizado elementos quase intransponíveis (ALVARENGA et al., 2012) e, conseqüentemente, baixo desempenho nas avaliações em larga escala após o término do curso superior.

Traz-se nesse contingente a complexidade presente nessas avaliações de larga escala e, inclusive a compreensão de que mesmo estando presente no ensino superior há várias décadas, ainda não constituíram um instrumento transformador das IES e da qualidade do ensino superior no Brasil.

Sobre esse processo de avaliação é pertinente esclarecer que a década de 1990 foi um período marcante no Brasil, considerado como a “Década da Avaliação”. Especialmente, no ensino superior houve a implementação de formas avaliativas em larga escala, em um contexto nacional e, que desde sua criação gerou sentimentos contraditórios, com estudantes e professores com posicionamentos favoráveis ou contrários a sua existência. Desse modo, pode-se considerar que esse foi um período em que o ensino superior brasileiro passou a ser marcado pelos provões (CALDERÓN; POLTRONIERI; BORGES, 2011). E, nem sempre esses provões foram capazes de gerar benefícios para o aprendizado dos estudantes e, nem melhorar o desempenho por ocasião dos referidos modos avaliativos.

Ainda na década de 1990 no mandato do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso foi criado o Sistema Nacional de Avaliação (SNA) e, a partir desse sistema, foi desenvolvido o ENC, um processo de “Provão” que ocorria anualmente para todos os egressos dos cursos de graduação, sendo uma condição

impositiva e obrigatória para o recebimento do diploma (CASTRO; SOUZA; GAVA, 2014). Como os resultados eram amplamente divulgados pela imprensa nacional, o exame passou a ser concebido como uma ferramenta de classificação dos cursos e das instituições, o que gerava problemas para uma legião de IES e seus estudantes devido ao método de avaliação utilizado, assim esse processo avaliativo vigorou até o ano de 2003 (CASTRO et al., 2016).

Ao contrário do que o governo esperava, cabe aqui salientar que esse processo avaliativo de “Provão” não agradou aos estudantes, professores e à IES sendo necessário considerar diferentes fatores, como a própria fragilidade do ensino superior, as dificuldades de algumas instituições em oferecer um ensino de qualidade e, ainda, os aspectos elitistas que possam ser gerados no contexto desse tipo de avaliação do desempenho dos estudantes, quando o método de questionamento não é favorável, para que se possam direcionar para a elaboração de novas políticas públicas.

Ainda que houvesse resistência o Provão trouxe consequências para ensino superior, que podem não ser as esperadas pela comunidade acadêmica, mas acabaram por transformar as IES. A sucessiva realização dos exames (com maior ou menor adesão dos estudantes), focados no processo regulatório, influenciou na organização dos currículos e nas práticas acadêmicas de todos os cursos (DIAS SOBRINHO, 2010). Instalou-se uma perspectiva de preparar para a prova, reduzindo, por vezes, o currículo ao certame, na ótica de resultados quantitativos positivos. Segundo Dias Sobrinho (2010, p. 207): “[...] para as IES privadas, tornou-se cômodo e conveniente moldar um currículo e um estilo de ensino que produzissem melhores resultados estudantis no exame nacional”.

No liminar dessa década, especificamente, no último trimestre de 1993, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES) atuou em parceria com diversas entidades educativas para a construção de um projeto, o qual originou o PAIUB, proposta que se tornou uma importante política pública educativa para o ensino superior, quando houve um processo que fomentou o acesso às IES, a partir de financiamentos educativos (BARBOSA; FREIRE; CRISÓSTOMO, 2011). Todavia, esse programa foi extinto em 1996 e novos caminhos foram buscados, que tiveram como base a qualificação das IES a partir de processos avaliativos, capazes de gerar novas políticas públicas (CASTRO et al., 2016).

A necessidade de ter um ensino superior com maior nível de acessibilidade e qualidade para todos passa pelas políticas públicas no Brasil e no mundo, quando o poder público estabelece políticas com vistas ao aperfeiçoamento do ensino superior, instituições, docentes, discentes, comunidade acadêmica e toda a sociedade ganham com um ensino de maior qualidade. Nesse cenário de busca por transformações no ensino superior a partir de políticas públicas aspectos como a avaliação das instituições e da qualidade dos cursos oferecidos avançam como um importante pilar do sistema educacional no contexto do ensino superior, de modo que a história das IES e dos cursos sejam reescritas (PALMEIRAS; SGARI; SZLAGYI, 2017).

Quando se trata acerca dos aspectos que envolvem a avaliação em larga escala considerando a busca pela mudança do sistema educativo em nível de ensino superior, tem-se que:

As avaliações em larga escala, portanto, têm sido utilizadas como um instrumento de regulação do processo de ensino-aprendizagem, objetivando um diagnóstico do estado atual do nível de proficiência adquiridos pelos estudantes e, conseqüentemente, do trabalho pedagógico da escola, ensejando um diagnóstico das redes de ensino, ou seja, trata-se de uma avaliação de sistema (BERTAGNA; MELLO; POLATO, 2014, p. 247).

Quando a abordagem é sobre avaliação escolar, em qualquer nível, o primeiro aspecto é considerar que no Brasil, durante um longo período de tempo a avaliação ocorria somente no ambiente interno das universidades, não constituindo uma política pública que praticava a avaliação em larga escala, de forma a conhecer o desempenho das IES e dos acadêmicos, buscando subsídios para a elaboração de novas políticas públicas e construindo um protagonismo do ensino superior no país, a partir da melhoria de sua qualidade (SORDI; LÜDKE, 2009). Todavia, é preciso observar quantos elementos (des)favoráveis podem existir nesse processo avaliativo e, se tais ações fecundam o desenvolvimento de políticas públicas educativas para o ensino superior.

No contexto das políticas públicas as educativas contemplam um contexto de políticas sociais, isto significa dizer uma forma estrutural de política que tem em sua essência um cunho social. Sua estrutura é composta por planos, diretrizes e estratégias, que são desenvolvidas e promovidas no campo político, de forma a permitir o desenvolvimento de ações do Estado em favor da educação em todos os níveis da educação (DURLI, 2008).

Nesse sentido, as avaliações em larga escala, ganham conotação de políticas públicas educativas, enquanto usadas como um instrumento de regulação dos processos de ensino e de aprendizagem, com o objetivo de avaliar o nível de proficiência dos estudantes e como podem ser trabalhadas as concepções didáticos-pedagógicas pelos docentes de forma a tornar mais qualitativo o ensino e efetiva a instituição escolar. Desse modo, analisa-se que essas avaliações são formas de mensurar a qualidade do sistema institucional educativo como um todo (BERTAGNA; MELLO; POLATO, 2014).

Faz-se aqui, relevante analisar o entendimento de Sousa e Arcas (2010) de que essas avaliações educativas em larga escala geram um processo de padronização/homogeneização dos currículos escolares o que acaba por prejudicar as concepções culturas locais, as quais mediam e fazem com que os estudantes possam valorizar o seu contexto, origem, história e diversidade cultural.

E, levando em consideração que o Brasil é um país de grande extensão territorial com populações culturalmente diferentes, devido a sua colonização, analisa-se que uma única prova para a avaliação em larga escala dos currículos de todas as IES, acaba gerando problemas no desempenho dos estudantes e dificuldade de ter um currículo único dos cursos em todas as instituições públicas e privadas do país.

Sobre as questões que tratam a respeito do currículo é necessário que se compreenda que:

O currículo de um curso deve ser construído não apenas atendendo às exigências do órgão central, mas vinculado à realidade social na qual está inserido. Deve atender o nível geral do esperado para a formação de profissionais de uma mesma área e também as especificidades do entorno. Assim, em um nível macro, o modelo de formação do profissional deve ser pensado de forma integrada ao contexto mais amplo da sociedade brasileira e em um nível micro deve atender a realidades mais específicas, que são as ênfases diferenciadas de cada curso e cada IES (BRITO, 2008, p. 844-845).

O currículo de um curso superior também possui importante papel no âmbito educativo e social, visto que de sua qualidade é dependente o bom desempenho da formação dos profissionais, por isso, as políticas públicas que buscam qualidade no ensino superior precisam trabalhar na observação, análise e qualificação dos currículos como forma de tornar o curso superior mais eficiente, para cada região brasileira considerando dentre outros elementos a própria cultura de todos os atores que formam as IES.

Assim, adentra-se nas questões que envolvem o ENADE enquanto uma avaliação em larga escala, que tem como propósito identificar o desempenho dos estudantes, bem como, da instituição atuando como instrumento na formulação de políticas públicas. Antes, porém, é preciso conceituar o SINAES, de modo que seja possível compreender a estrutura do ENADE enquanto instrumento avaliativo.

4.2.2. O SINAES

O SINAES é um mecanismo de avaliação que foi instituído pela Lei n. 10.861, de abril de 2004. Conforme o referido documento legal, o propósito é o de “[...] assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes [...]” (BRASIL, 2004, p. 1).

Em sua proposição o SINAES se apoia na ótica de uma avaliação globalizante e integrativa (DIAS SOBRINHO, 2010). Contrapondo-se ao Provão, considerado fragmentado e estanque, o SINAES perspectivou a integração entre a função avaliativa e a função regulatória necessária ao sistema educativo. Insere-se ainda, enquanto uma política de Estado, envolvendo as IES públicas e privadas. Dias Sobrinho (2010, p. 209) ensina que: “Mais que a simples mudança de instrumentos, o SINAES pretendeu operar com outro paradigma de avaliação. [...]”.

A proposta enfatiza a avaliação como um todo, não apenas o desempenho do estudante, mas a dimensão institucional em sua totalidade (DIAS SOBRINHO, 2010). Nesta linha de argumentação, para Ristoff e Giollo (2006, p. 204) a avaliação é visualizada

[...] como uma atividade complexa, que envolve múltiplos instrumentos, não apenas um; diferentes momentos, não apenas o momento da prova ou de uma visita *in loco* por comissão de especialistas; diferentes agentes, não apenas os representantes oficiais do Ministério da educação [...].

Anterior a Lei n. 10.861, de abril de 2004 que instituiu o SINAES, a prerrogativa da avaliação já estava anunciada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/96 (BRASIL, 2006), em seu artigo 9º. Como se percebe, decorreu um lapso temporal de oito anos, para que a referida legislação alcançasse o *ethos* de política pública.

O exercício do regime de colaboração entre os entes nacionais se faz presente no texto da lei do SINAES ao apregoar a cooperação entre os Sistemas de Ensino dos Estados e do Distrito Federal. Merece destaque, na legislação em tela, que pela primeira vez uma política de avaliação enseja uma visão mais global do ensino superior, haja vista, a proposição da avaliação interna e externa. De igual forma, dá um caráter público ao processo, ao tempo em que prega o respeito à diversidade (BRASIL, 2004).

A democratização do processo supõe a participação de todos os segmentos da instituição e também da sociedade civil. A avaliação defendida pelo SINAES se dispõe a revelar o perfil da IES, assentada nas dimensões de seu planejamento, de sua política e de suas responsabilidades, da comunicação com todos os atores da comunidade escolar e da sociedade, da gestão, da infraestrutura, da atenção aos discentes, do planejamento e avaliação.

Retrocedendo sobre a trajetória do SINAES é possível vislumbrar, segundo Lima (2012), certo distanciamento de suas concepções originais. Evidencia-se, com efeito, a ampliação dos processos regulatórios, fragilizando a ótica de uma educação como direito de todos e de cada um, ainda que se reconheça que cabe ao Estado o papel de regulador de seus sistemas de ensino, já que originalmente a avaliação deveria ser “uma prática formativa e construtiva” (BRASIL, 2009, p. 95). No entanto, o que se percebe é uma avaliação que tem em sua prática um contexto punitivo e mercantilista.

A gênese do SINAES apontava para uma relação de diálogo entre forma de regulação e de formação. Assim de acordo com Silva (2016, p. 54): “[...] a proposição do SINAES foi inovadora ao tentar articular estes dois paradigmas [...]”. Todavia, na prática não se percebe a amplitude deste mecanismo, mas, somente uma forma de ranquear as IES e evidenciar o distanciamento de nível de desempenho dos estudantes considerando as diferentes regiões do Brasil e, inclusive, as instituições sejam essas públicas ou privadas e, quando privadas considerando o potencial do grupo empresarial por trás da instituição superior.

A avaliação educativa, segundo Dias Sobrinho (2008), está profundamente vinculada às práticas sociais, tem princípios e valores, almeja a emancipação. A lógica da regulação, diferentemente, ampara-se no controle e monitoramento, ainda que seja imprescindível para o equilíbrio do sistema. Porém, a regulação parece estar acima da emancipação almejada pelo processo avaliativo.

De todo o modo, o “modelo” foi inovador, muito embora essa inovação tenha ocorrido essencialmente no campo teórico/legal. De acordo com Silva (2016), o controle e a emancipação são opostos, mas na proposta do SINAES afloraram como complementares. As transformações que se seguiram, no entanto, desfocaram o SINAES de seus propósitos, notadamente pelo Decreto n. 5.773/2006 (BRASIL, 2006), que abalou o equilíbrio entre os dois pilares. Houve disputa pelos *rankings* e classificações do ENADE, acirrando a regulação e a hiperdemocracia, secundarizando as esferas formativas da avaliação.

A situação diagnosticada conduz, no entendimento de Bianchetti e Sguissardi (2017), a uma oligopolização da educação superior. São grupos empresariais que abarcam cerca de duas mil IES privadas, os autores assinalam que “quando a educação se torna uma mercadoria, a baixa qualidade formativa não somente é prioridade, como passa a ser uma necessidade” (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 105).

Aqui é importante refletir acerca do processo de massificação mercantil vivenciada na educação superior no Brasil. Tendo em vista que, alguns fatores como a economia neoliberal e a mundialização do capital, tornaram as IES empresas que primam pelo lucro financeiro e, com isso, o ensino de qualidade fica relegado a um plano inferior (SGUISSARDI, 2015). Nesse sentido, pontua-se que a fragilização da educação superior não apenas torna mais frágil o aprendizado dos acadêmicos e as práticas pedagógicas docente, como também dificulta as avaliações como é o caso do ENADE.

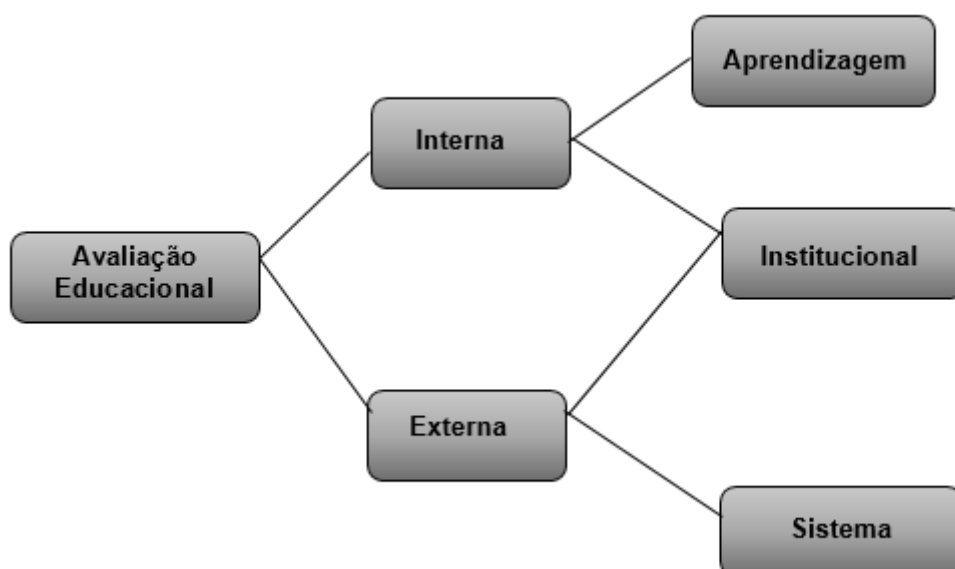
4.2.3. O ENADE

Ao abordar os aspectos que envolvem o ENADE como instrumento de avaliação externa em larga escala é relevante trazer o entendimento Souza (2013, p. 60) de que: “O SINAES prevê uma avaliação externa e outra interna da instituição, envolvendo todo os participantes da ação, ou seja, estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes da instituição. [...]”. Constituindo o ENADE o processo de avaliação externa.

Nesse sentido, quando se trata acerca dos aspectos que envolvem a avaliação em larga escala, tendo como principal elemento de análise o ENADE que vem a ser uma política de avaliação em massa é relevante refletir o fato de que a avaliação

educacional ocorre de duas formas distintas, a interna e a externa e, para melhor compreender o processo avaliativo aqui analisado. Assim, observa-se para a estrutura da figura 4:

Figura 4: Níveis de avaliação educacional



Fonte: Bertagna; Mello e Polato (2014, p. 253)

Com o propósito de melhor compreender a figura 4 que traz os níveis de avaliação educacional, tem-se que as avaliações internas são realizadas em cada instituição e tem como objeto conhecer o próprio processo educativo de forma a possibilitar a organização/planejamento educacional, com a avaliação da aprendizagem executada em sala de aula, na qual os professores elaboram e aplicam provas aos estudantes, enquanto que a avaliação institucional é direcionada a toda a comunidade escolar, ou seja, com participação de gestores, professores, colaboradores, pais e os estudantes (BERTAGNA; MELLO; POLATO, 2014).

Se a avaliação interna já é complexa ainda mais ampla e de difícil execução é a avaliação institucional, pois a participação de todos os membros formadores da comunidade escolar, gera maior dificuldade não apenas no processo de aplicação da avaliação, como também em sua análise.

No caso das avaliações externas, as mesmas são realizadas por órgãos/agentes avaliadores, os quais têm como propósito conhecer um panorama amplo das condições de educação de forma a diagnosticar a qualidade das instituições de ensino. As avaliações externas, em sua maioria, contemplam a

realização em larga escala, com a aplicação de testes padronizados que buscam atingir o maior número de indivíduos, IES e sistemas, de modo a identificar falhas e buscar soluções. Desse modo, evidencia-se que as avaliações externas são mais amplas e, inclusive, tem o potencial de fazer diagnóstico sobre questões internas, não tendo o foco em uma análise individual, mas, dos estudantes e da instituição (BERTAGNA; MELLO; POLATO, 2014).

Assim, as avaliações em larga escala incidem também internamente, embora não tenham como objetivo a análise individualizada sobre a aprendizagem do estudante, mas, uma ampla análise sobre o aprendizado dos estudantes e a qualidade do sistema de ensino da instituição, buscando assim, reorientar as políticas públicas, de forma a alcançar melhorias no ambiente institucional como um todo (BERTAGNA; MELLO; POLATO, 2014).

Considerando o entendimento de Lopes sobre os aspectos que envolvem a avaliação é relevante observar que:

Devido à complexidade do tema Avaliação e sua recente implantação no país, enquanto sistema avaliativo do ensino superior, o resgate, embora de forma breve, da história da avaliação do ensino superior no Brasil contribui para o entendimento dos aspectos históricos e para as discussões e proposituras referentes à educação superior brasileira, na atualidade. [...] (LOPES, 2016, p. 13).

No contexto da avaliação externa Freitas et al. (2014, p. 47) apontam que existe: “a ilusão de que avaliações em larga escala possam avaliar também a escola e os professores”, considerando as avaliações como uma manobra política, que tem por objeto responsabilizar as próprias escolas e os professores pelo fracasso da qualidade escolar e do ensino superior no Brasil, de forma que o Estado não seja responsabilizado pelos seus limites em relação as ações de políticas públicas incompletas ou frágeis.

No Brasil a divulgação pela mídia dos resultados das avaliações em larga escala e as classificações e *rankings* das IES a partir deste processo, vinham sendo interpretados pela sociedade, governos e as próprias instituições como uma forma de certificação da qualidade ou da não qualidade tanto dos cursos de graduações quanto das próprias instituições (SILVA, 2011; BERTOLIN; MARCON, 2015). Em verdade, essa interpretação de que essa avaliação é utilizada como mecanismo de ranqueamento das IES e, conseqüentemente, de melhor posicionamento no mercado valorizando ou desvalorizando os cursos, professores e toda a estrutura das

instituições ainda persiste, não gerando frutos da melhoria da qualidade dos cursos superiores no Brasil.

Assim, muito embora existam críticas sobre o uso de tais instrumentos de avaliação como o próprio ENADE, posto que acaba criando um *ranking* das IES em que instituições de grandes centros universitários estão sempre em vantagem (BRITO, 2008). Ainda hoje esse exame é utilizado como avaliação do discente e, especialmente, como indicador de qualidade da educação superior, já que esse exame é considerado uma forma de política pública relativamente nova (CASTRO; SOUZA; GAVA, 2014).

Neste sentido, é relevante que se agigantem as discussões acadêmicas e sociais acerca da efetividade do ENADE, de forma a considerar se é um instrumento gerador de políticas públicas que possam tornar o ensino superior no Brasil com maior nível de qualidade ou se constitui somente um instrumento de regulação ou responsabilização.

Cabe aqui trazer a compreensão de que:

O entendimento da importância da avaliação para o desenvolvimento de qualquer sistema de ensino qualificado tem feito da discussão sobre o tema uma prerrogativa para o crescimento das diferentes áreas de conhecimento que estão no âmbito da educação institucionalizada. Essa perspectiva estabeleceu grande abertura não só para o debate, mas para a participação efetiva de todos no processo de definição de diretrizes e da elaboração dos instrumentos necessários para a avaliação. [...] (PALMEIRAS; SGARI; SZLAGYI, 2017, p. 4).

Analisa-se que a forma com que o ENADE é realizado acaba por ter uma participação descompromissada dos estudantes no exame e, inclusive o seu desempenho, que pode ser positivo ou negativo (com baixas notas podendo até zerar a prova) não é instrumento de penalidade aos próprios estudantes, mas, somente uma forma de penalizar o curso e a IES (FRAUCHES, 2010), e talvez esses fatores acabem por desmotivar ainda mais os estudantes a se prepararem e se comprometerem com a IES e a sociedade com bom desempenho na avaliação de larga escala. Desse modo, pode-se compreender que não tem relevância o desempenho do estudante, de forma a saber o nível de qualidade do curso e da IES, mas sim, somente o resultado final do processo para que se possa fazer uma comparação de desempenho entre as

IES, construindo um *ranking* e divulgando para a sociedade (FELDMANN; SOUZA, 2016).

Essa forma de divulgação dos resultados da prova do ENADE em *ranking* das IES pode ser considerada um processo para a penalização para as instituições que não estão bem posicionadas, consideradas de baixa qualidade e gerando um conceito negativo do curso, beneficiando unicamente as grandes corporações educativas e, também, a fala política dos gestores públicos.

De forma geral é possível considerar que o ENADE foi implementado enquanto um instrumento avaliativo que compõe o SINAES, com o objetivo de gerar informações acerca da qualidade dos cursos superiores no Brasil e das IES, considerando como fonte de informação a trajetória do estudante no percurso do curso superior. Nessa direção, é possível observar que o ENADE contempla ainda na contemporaneidade, quase duas décadas após a sua implementação, desafios e perspectivas que precisam ser conhecidos e discutidos, de modo a compreender a efetividade dessa avaliação em massa para fomentar as políticas públicas educativas e, qualificar a educação superior no Brasil.

Assim, com o objeto de utilizar um sistema de avaliação das IES diferente do “Provão” no ano de 2004, durante o primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), houve a criação do SINAES, que atribuía ao Estado a responsabilidade em desenvolver o processo avaliativo (CASTRO; SOUZA; GAVA, 2014), que desde então, vem sendo realizado pelo Estado, porém, sem o necessário comprometimento com a melhoria da qualidade do ensino superior.

Sob a Lei n. 10.861/2004 foi criado o ENADE, que teve como escopo avaliar desempenho de estudantes dos cursos de graduação em todas as IES do Brasil. Analisa-se assim que o ENADE como integrante do SINAES busca apresentar um panorama de qualidade dos cursos superiores em todo o território brasileiro, de forma que seja possível não apenas avaliar os estudantes, como também, observar a qualidade dos cursos e das IES do país (FELDMANN; SOUZA, 2016).

Ao tratar sobre a Lei n. 10.861/2004 é importante observar o que se encontra disciplinado no texto legal de que:

§ 1 – O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, p. 1).

Diferente do SNA que aplicava o seu instrumento ENC, o SINAES passou a utilizar instrumentos diferenciados de avaliação, como o ENADE para o ensino de graduação, que busca observar como vem ocorrendo o processo de aprendizado dos egressos de todos os cursos, de forma a identificar como o estudante se insere no mercado de trabalho a partir de seu nível de conhecimento e, ainda, a qualidade da IES, possibilitando a identificação de problemas e as possíveis ações de melhorias, para qualificar o corpo docente e técnico administrativo das instituições, gerando melhorias na qualidade do ensino proposto.

Na sequência apresenta-se a distinção entre Provão e ENADE, segundo Ristoff e Giollo (2006), ambos têm em comum ser uma avaliação de largo espectro e atender à legislação brasileira seja da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), seja do Plano Nacional de Educação (PNE):

Quadro 2: Distinção entre Provão e ENADE

ENADE	Provão
Aplicado a cada 3 anos;	Anual;
Participação por amostragem;	Universo dos concluintes;
O exame não tem função regulatória;	Previa sanções;
Considera o perfil profissional e as competências;	
Considera o processo;	Considera o produto;
Mesma prova para ingressantes e concluintes;	
Questões de formação específica e geral;	
Questionário socioeconômico e cultural;	
Questionário para o coordenador;	
O ENADE fornece <i>feedback</i> e relatórios do curso;	
Instrumento de avaliação e informação do SINAES.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Ao fazer uma observação comparativa trazendo as diferenças entre o ENADE e o Provão como demonstrado no quadro 2, analisa-se que o ENADE é mais complexo no seu campo estrutural, tendo em vista que se preocupa com os elementos socioeconômicos e culturais dos estudantes, bem como, atua diretamente com questionário junto aos coordenadores do curso, buscando ainda analisar o nível de

conhecimento do estudante em duas fases no processo de entrada e formação do curso superior.

4.2.3.1 Discussões sobre os desafios e perspectivas do ENADE

A qualidade dos cursos superiores em todo o Brasil e das IES segundo a avaliação do ENADE vem gerando não apenas um *ranking* de qualidade comparativo entre as IES, mas, e, também, gerando dificuldades para que algumas instituições possam ser beneficiadas por políticas públicas de melhoria. Desse modo, a ação tomada pela maioria das instituições são os cursinhos preparatórios para os exames, priorizando a metodologia de aplicação de provas segundo a utilizada pelo ENADE (POLIDORI et al., 2006).

Com essas diretrizes voltadas para esse instrumento avaliativo vem ocorrendo mudanças inclusive nos projetos pedagógicos dos cursos superiores, na maioria das IES, sendo inseridos conteúdos solicitados na avaliação e que não estavam presentes entre as disciplinas dos cursos, constituindo conteúdos mais abrangentes de conhecimentos que se diferenciam dos específicos de cada curso (BERTOLIN; MARCON, 2015).

São diversos os desafios SINAES e a solução desses desafios estão ligados a implementação de um sistema avaliativo que não tenha como foco somente construir um *ranking* de IES comparando-as, mas, especialmente, de possibilitar a construção de políticas públicas, as quais venham ao encontro da melhoria de condições institucionais para oferecer de modo efetivo mecanismos de qualificação do ensino superior e das instituições. Muito embora o objeto do ENADE não seja essa criação de *ranking* a verdade é que a divulgação pública do desempenho de cursos e instituições acabam promovendo essa interpretação de resultados e, com isso, algumas instituições privadas acabam utilizando-se dos dados como forma de alavancar o número de estudantes (POLIDORI et al., 2006).

Ao ponderar sobre essa observação, tem-se que tais *rankings* de melhores IES a partir da avaliação do ENADE, acaba por promover instituições e cursos em detrimentos de outros. No entanto, é importante avaliar que esse sistema de avaliação em massa não é regionalizado o que acaba dificultando o conhecimento cultural e sociocultural no campo acadêmico, destacando sempre alguns estados (São Paulo,

Rio Grande do Sul, Paraná, dentre outros) não considerando os demais, especialmente, das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

A verdade é que o ENADE foi estabelecido enquanto método de substituição de outras formas avaliativas que o precederam e, embora em sua origem tenha como base analisar o desempenho dos estudantes, cursos e instituições, a forma com que os resultados deste exame são apresentados não geram as políticas públicas necessárias para a melhoria da qualidade do ensino superior, mas, somente passa a ser um mecanismo para que algumas IES sejam consideradas melhores e tenham maior notoriedade no campo acadêmico, social e econômico (CASTRO; SOUZA; GAVA, 2014).

Nesse sentido, e considerando alguns dos diversos desafios enfrentados pelo ENADE, cabe aqui salientar alguns fatores, que envolvem sua própria estrutura, tendo em vista que:

Amplamente discutido na literatura a partir de 2004, o ENADE tem guardando princípios de sua essência, na medida em que reúne um conjunto de informações que servem de suporte a gestão dos cursos de graduação, mas também tem sido objeto de críticas profundas de pesquisadores, que levantam seus desafios desde o surgimento dos indicadores de qualidade, preconizados na Portaria Normativa Nº. 23, de 29 de dezembro de 2010. A partir do Conceito Preliminar de Curso e do Índice Geral de Curso, as críticas ao ENADE surgem devido a dependência desses indicadores de um “evento” que ainda é pouco compreendido pela comunidade acadêmica, sobretudo pelos estudantes. Isso faz com que estes negligenciem o momento, prejudicando o entendimento de diversos pontos do evento que podem impactar nas condições regulatórias da instituição (FRANCISCO et al., 2018, p. 64).

Quando entra-se nos desafios enfrentados pelo ENADE é interessante pontuar, que entre o que preconiza esse instrumento de avaliação em larga escala e o que efetivamente ocorre a partir da divulgação dos dados do desempenho de estudantes, cursos e IES existe uma longa distância, que acaba por não permitir que esse instrumento seja um alicerce para a qualidade dos cursos superiores no Brasil, mas, que algumas IES, ainda mais do setor privado, possam se beneficiar com os resultados apurados.

Aqui é importante trazer que nem sempre o resultado do ENADE pode evidenciar a qualidade do curso ou da IES, pois, existem instituições que simplesmente buscam treinar seus estudantes, de forma que eles possam ter bom desempenho na avaliação, o que não significa elevado nível de conhecimento ou aprimoramento do curso.

Outro desafio é que o ENADE é visto com “bons olhos” pelos membros da comunidade acadêmica, inclusive pode gerar desprezo e desmotivação dos estudantes para fazer a avaliação, fatores esses que podem prejudicar o bom desempenho no referido processo avaliativo.

Um dos motivos que a comunidade acadêmica não recebe positivamente essa avaliação em larga escala é o fato de que a metodologia do ENADE gera o risco de ranquear um curso de forma negativa acolhendo a trajetória acadêmica de estudantes medianos e, não considerando o esforço e modo de estudar, daqueles que se envolveram com o curso superior e foram além do ensino, realizando projetos de pesquisa e extensão e, inclusive ações comunitárias que exigiam profissionais da área (FELDMANN; SOUZA, 2016).

Assim, diante da análise realizada, é possível considerar que o ENADE tem um caráter de prova e torna-se um modelo de auditoria das IES e não, especificamente, base para políticas públicas e melhoria do ensino superior brasileiro. Nesse sentido, analisa-se o fato de que tanto o ENADE, quanto as demais formas de avaliação em massa do SINAES são modelos de avaliação estatísticas, que transformam todos os resultados obtidos em meros dados estatísticos, o que pode gerar concepções equivocadas com relação a efetiva qualidade do curso no campo social (FELDMANN; SOUZA, 2016).

Inclusive Lima et al. (2019, p. 89) pontua sobre a análise de dados do ENADE e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que o estudo realizado demonstrou que: “[...] essas análises são limitadas, geralmente usando estatísticas descritiva, e focam, principalmente, em dados socioeconômicos e notas dos exames”.

Por ter esse processo mais inquisitivo e, especialmente, por apresentar os resultados de forma a avaliar se os cursos e as IES estão em patamares de mínimo, máximo, média, mediana e desvio-padrão, o ENADE acaba por criar vantagens e desvantagens mercantis e econômicas para as instituições segundo a sua avaliação, o que pode desqualificar os verdadeiros objetivos dessa avaliação em larga escala, que é o de gerar políticas públicas para a melhoria da qualidade do ensino superior no Brasil. Desse modo, compreende-se que a intenção do ENADE é construtiva e não punitiva, todavia, da forma como os dados são apresentados à comunidade acadêmica e à sociedade de forma geral, acaba prejudicando essa melhoria.

O que se precisa compreender, e este estudo eleva-se como um instrumento de questionamento sobre essa forma de avaliação em larga escala, vem a ser o fato

de que qualidade é um conceito que vai além das estatísticas de desempenho de uma IES, tem relação com outros aspectos, educativos, culturais e sociais, por isso, avaliar ou ranquear uma instituição somente com base em dados estatísticos, sem outras considerações que possam também influenciar em um processo de qualidade profissional.

É importante considerar que não é possível conceber que a qualidade de ensino de um curso ou de uma IES esteja unicamente relacionado ao quantitativo de acertos dos estudantes em uma única avaliação, inclusive por sua amplitude de assuntos com uma avaliação puramente quantitativa. Sobre essa visão, se considera que tanto o antigo modelo do “Provão” quanto o atual ENADE, que se tornou o principal critério para o governo e a sociedade em reconhecer a qualidade do ensino superior no Brasil, pode gerar desafios para conhecer efetivamente tais instituições e, ainda mais, buscar formas de embasar políticas públicas educativas para solucionar os problemas das instituições com piores desempenhos no ranqueamento apresentado para a sociedade (BERTOLIN; MARCON, 2015).

Ao fazer a análise acerca dessa realidade, pontua-se que apenas ranquear quem foram os cursos e IES que se destacaram, sem, no entanto, trazer soluções, a partir de políticas públicas, para que os cursos e IES que apresentaram baixo desempenho, possam solucionar seus problemas e oferecer um ensino superior de melhor qualidade, não gera elementos positivos para a transformação dos referidos cursos ou instituições.

Considera Fröhlich (2012), que infelizmente desde o final do século XVIII existe uma concepção equivocada de que o dever do Estado seja governar um sujeito/grupo/instituição a partir de avaliação de suas condutas sob o enfoque numérico, traduzindo uma realidade a partir de porcentagens, tabelas e gráficos, tornando os índices numéricos como a única forma de apresentar resultados de desempenho. Pondera-se que a forma do ENADE de avaliar os cursos e IES unicamente sob um olhar estatístico pode causar danos aos avaliados sem direcionar de forma adequada as políticas públicas para a solução dos problemas encontrados, até porque as estatísticas somente apontam para a direção de um problema sob a ótica quantitativa de erros nas respostas dos estudantes para a prova, e, não observa o contexto social, econômico e cultural em que o próprio estudante está inserido (FELDMANN; SOUZA, 2016).

Da forma como vem sendo realizada essa avaliação em larga escala dos cursos superiores e das IES, o que se percebe é um processo de ineficácia em relação à transformação dos que necessitam ter seus estudantes com melhor desempenho. Desse modo, o que ocorre é a explicitação das falhas e não políticas públicas adequadas para as soluções (LIMA et al., 2019).

O método de avaliação quantitativa ou estatística do ENADE pode não trazer resultados considerados reais, posto que, não existe uma preocupação com as avaliações nacionais, sendo que em muitos casos não são informações que embasam o diagnóstico que gera o baixo desempenho de alguns cursos ou IES e, nem tampouco alicerces para a construção de políticas públicas educativas para melhorar a qualidade do ensino superior no Brasil. De certo modo, analisa-se o fato que por mais que o ENADE enquanto componente do SINAES tenha sido estruturado para se distanciar do “Provão” continua com a mesma problemática (FELDMANN; SOUZA, 2016).

O desafio pode residir em considerar o ato avaliativo como prática social, que produz sentidos e significados, na acepção de Dias Sobrinho (2008, p. 193): “[...] portanto, intersubjetiva, relacional, aberta, polissêmica e carregada de valores, que põe em questão os significados dos fenômenos. [...]”. Entre as finalidades da educação superior, inscreve-se a formação para a vida em comum, vale dizer de um cidadão cômico de seus direitos e deveres. E nas palavras do autor “um cidadão, em sentido forte amplo, assumida como finalidade psicossocial do sujeito” (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 195).

É possível que existam problemas dos próprios estudantes em relação à realização da prova do ENADE e, que essa insatisfação devido ao modelo do sistema avaliativo, ou ainda, problemas com algum professor ou a própria IES, pode ocasionar redução no desempenho do estudante. Todavia, somente essa ocorrência não pode significar a baixa qualidade do curso superior ou da instituição. Por isso, é necessário que a forma de avaliação das IES para a construção de políticas públicas educativas seja tanto quantitativa quanto qualitativa, considerando dentre outros elementos o papel que o curso e a instituição representam na sociedade em que se encontram inseridas.

Além dos desafios que devem ser superados pelo método de avaliação do ENADE, considera-se que este sistema de avaliação em massa das IES no Brasil, trazem algumas perspectivas que precisam ser discutidas, de modo que possa esse

instrumento ser analisado de forma a ter melhores efeitos na qualidade do ensino superior no país a partir das políticas públicas educativas, evitando que os resultados da avaliação seja um instrumento de ganhos econômicos para algumas instituições e de fragilização de outras.

Muito embora o ENADE venha ganhando diversas críticas com relação ao seu método estatístico de resultados, mesmo assim é possível compreender que ele constitui uma mudança na forma de avaliar, tensionando a observação da qualidade do processo e não do produto, ou seja, do curso e da IES e não dos estudantes (BRITO, 2008). Desse modo, pode-se compreender que o que precisa ser modificado tem relação com a forma de apresentação dos resultados do desempenho dos estudantes, gerados a partir da referida avaliação.

Conforme explica o próprio Manual do ENADE, este exame pode ser considerado como importante instrumento para aferir e promover a qualidade para os cursos de graduação e base para as mudanças necessárias a partir das políticas públicas educativas direcionadas ao ensino superior do país. Objetiva o acompanhamento do processo de aprendizado e desempenho acadêmico dos estudantes em nível superior, sendo que a avaliação dos estudantes ocorre segundo os conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) relativas aos cursos de graduação e as habilidades dos estudantes para aprender os conteúdos e se qualificar para a profissão escolhida, buscando uma formação mais completa, posto que também busca identificar o conhecimento dos estudantes de forma interdisciplinar (BRASIL, 2013).

Nesse sentido, pode-se compreender que uma das importantes perspectivas do ENADE é a possibilidade de gerar uma formação mais completa, quando as questões não se relacionam unicamente com a ciência base do curso, mas, adentra em outros campos com importantes temáticas no campo ambiental, econômico, social e de assuntos contemporâneos.

Para Calderón; Poltronieri e Borges (2011) muito embora o ENADE seja um instrumento refletido por diferentes autores como desfavorável por uma visão unicamente numérica da realidade dos cursos e IES em todo o Brasil, há evidências que essa criação de *ranking* pode gerar um fomento para a concorrência, dinamizando o mercado educacional e melhorando a qualidade do ensino, se não for por meio de políticas públicas, certamente o benefício é a própria concorrência do mercado. Tal

mecanismo encara a educação como mercadoria e não como um direito, atributo com o qual não concordamos.

Assim, o mesmo fator que gera desafio para essa avaliação em larga escala, também, pode tornar-se uma perspectiva de mudanças no ensino superior no Brasil, ainda mais no caso das IES privadas, que necessitam apresentar bons resultados de desempenho de seus estudantes, para se fortalecer no mercado e evitar que instituições com baixa qualidade, na proposta de seu ensino, possam continuar suas atividades.

Contempla ainda Castro et al. (2016) que esse processo de avaliação em larga escala tem como propósito regular a proliferação de IES, que não tenham possibilidade de oferecer um ensino superior de qualidade, constituindo assim, um instrumento efetivo de controle de qualidade da educação superior em todo o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação em larga escala é um processo utilizado pelo governo federal para avaliar a qualidade do ensino no Brasil em todas as esferas, sendo que no caso específico do presente estudo o processo avaliativo de larga escala relaciona-se ao ensino superior, sendo utilizado esse sistema para fomentar a elaboração das políticas públicas educativas. Nesse sentido, há que se considerar a amplitude da avaliação de larga escala por mensurar o desempenho dos alunos, a qualidade do ensino superior, dos cursos e das IES.

Observou-se que por meio das avaliações de larga escala busca-se a transformação da qualidade do ensino superior no Brasil, bem como, discute-se os efetivos benefícios advindos para os cursos superiores, as IES e, também, os estudantes e as práticas pedagógicas dos professores, em um processo contínuo de melhoria do ensino superior, tendo como base de informações os resultados desse processo avaliativo, como é o caso do ENADE.

O ENADE é um instrumento que avalia as IES, sendo um dos principais mecanismos presentes no SINAES, que tem sua origem na Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004. Muito embora no meio acadêmico e social as discussões sobre esse tipo de avaliação em larga escala tenham crescido na última década, analisa-se que eles existem desde a década de 1990 primeiro com a PAIUB, depois com o “Provão” e só no ano de 2004 teve origem o ENADE.

Quanto ao SINAES contempla-se que esse vem a ser um mecanismo de avaliação, que tem como propósito assegurar o processo de avaliação das IES, dos cursos de graduação e, ainda, do desempenho dos estudantes no que se relaciona ao seu conhecimento acadêmico de assuntos amplos e específicos ao curso realizado. É importante ainda apontar que a proposição do SINAES tem como premissa um tipo de avaliação globalizante e integrativa.

O SINAES traz uma proposta de avaliação em larga escala sob uma linha democrática, dessa forma, seria essencial a participação de todos os atores da comunidade escolar e, ainda, da sociedade civil e das IES, tendo em vista que a avaliação defendida pelo SINAES assenta-se na dimensão da geração de informações que permitam o planejamento de uma política pública transformadora, que possam melhorar a qualidade do ensino superior no Brasil. No entanto, o que se percebeu é que entre o que apregoa o SINAES e se propõe transformar a partir do

ENADE ainda está longe da realidade desse sistema, existindo desafios a serem vencidos, como a formulação de políticas públicas educativas a partir desse sistema de avaliação em larga escala. Pode-se assim, compreender o ENADE como um modelo inovador de avaliação das IES, cursos, estudantes e docentes, mas, ainda está longe de ser um instrumento utilizado em sua potencialidade para a elaboração de políticas públicas.

Concluiu-se com o desenvolvimento desse estudo que é importante avaliar as interferências do ENADE no curso superior e, conseqüentemente, nas IES, tendo em vista que se utilizado de forma adequada essa avaliação em larga escala pode gerar informações essenciais na elaboração de políticas públicas educativas, de forma que esse sistema possa ir além da regulação, tornando-se um instrumento de transformação da qualidade do curso superior no Brasil. Compreende-se que as políticas públicas educativas podem constituir instrumentos de reestruturação e reorganização do ensinar e do aprender nas IES, assim, pode-se considerar que o ENADE tem o potencial de interferir nas práticas pedagógicas das instituições escolares e, inclusive, trazer novas perspectivas no ensino superior a partir desse sistema avaliativo.

Analisa-se ainda que essas discussões acadêmicas sobre as interferências do ENADE na efetiva qualidade das IES e, conseqüentemente, dos cursos superiores (como exemplo da Ciências Contábeis), levantam diversos fatores que se apresentam cotidianos nas instituições de ensino superior no Brasil, desde o seu processo de mercantilização e, com isso a redução da qualidade dos cursos, até a própria depreciação do trabalho docente.

Um dos fatores que podem ser gerados a partir do ENADE é a avaliação do aumento ou redução da qualidade do ensino superior no Brasil, bem como da possibilidade de transformar esse ensino, buscando mecanismos de aumento da qualidade do ensino superior a partir das informações coletadas com essa avaliação.

Aqui cabe uma reflexão crítica acerca dos objetivos que foram criados essas formas de avaliação, como é o caso do ENADE e, ainda, como tais instrumentos avaliativos influenciam verdadeiramente para a qualidade do ensino superior no Brasil, pois, existe uma lacuna entre os motivos propostos para a realização dessa avaliação em larga escala e como ele funciona na prática.

Mesmo que a intenção dos criadores do ENADE não tenha sido essa, de ranquear as IES a partir do desempenho de seus estudantes na referida avaliação,

não há que se esquecer que esse processo acaba ocorrendo e, por esse motivo é importante contextualizar com maior amplitude sobre o que é o ENADE, como ele funciona na construção das políticas públicas educativas e, como pode motivar os egressos e não somente ranquear as instituições.

Nessa compreensão, o que parece ocorrer é que o sistema que privilegia o capital e o ranqueamento em detrimento da qualidade do ensino superior, acaba por valorizar as IES com melhor desempenho econômico-financeiro, relegando os processos de ensino e aprendizagem a um patamar secundário e, com isso, inexistindo a melhoria da qualidade dos cursos superiores em todo o Brasil.

Compreende-se que a divulgação pela mídia dos resultados das avaliações em larga escala e as classificações e *rankings* das IES é uma ação que vem tendo interpretação negativa por parte da sociedade, governos estaduais e municipais e as próprias instituições, como forma de publicidade que certifica ou não a qualidade dos cursos de graduações e também das IES, sem, no entanto, auxiliar para a transformação dessa realidade.

Quando ocorre esse processo de ranqueamento das IES a partir dos resultados do desempenho dos estudantes no ENADE, sem que ocorra a elaboração de políticas públicas educativas para a melhoria da qualidade dos cursos de graduação em todo o país, percebe-se que essa avaliação em larga escala deixa de atender ao seu objetivo de fomentar a transformação do ensino superior brasileiro, a partir da solidificação as políticas públicas educativas.

Analisa-se que ENADE ou qualquer outra forma de avaliação em larga escala pode trazer inúmeros benefícios para a qualificação do ensino superior do Brasil, se as informações coletadas a partir da avaliação realizada pelos estudantes de todos os cursos de graduação não fossem utilizadas como meios políticos na esfera federal e, priorização do contexto mercadológico e econômico de algumas IES de grandes grupos corporativos de educação.

Conclui-se que um dos mais importantes desafios a ser enfrentado pelo ENADE é eliminar a lacuna existe entre o que o campo teórico/legal conceitua ou disciplina e a realidade gerada a partir da avaliação em larga escala e a divulgação dos dados do desempenho de estudantes, cursos e IES. Afinal, essa distância entre o que se busca realizar com esse tipo de avaliação e o que efetivamente é realizado com as informações levantadas deve ser reduzida, para o benefício de toda a comunidade acadêmica.

Esse processo avaliativo não permite conhecer amplamente o estudante enquanto acadêmico, seja em relação ao seu comprometimento com o curso, o aprendizado e a comunidade acadêmica, desanimando aos que se dedicam à pesquisa e ao aprendizado significativo, crítico e transformador. Pois, do modo que vem sendo aplicado e divulgadas as informações de desempenho dos estudantes dos cursos de graduação do Brasil, o ENADE passou a atuar dentro de modelo de auditoria das IES e, de certa forma, ter um caráter punitivo para algumas instituições e lucrativos para outras, especialmente, as instituições privadas que fazem parte de grandes grupos econômicos multinacionais.

Um dos mais importantes desafios do ENADE pode ser a execução de um ato avaliativo como prática social, capaz de produzir sentidos e significados, para a melhoria da qualidade dos cursos superiores, pautando-se no uso das informações auferidas com a avaliação para a elaboração de políticas públicas educativas transformadoras, afinal, da forma que vem sendo apresentados os resultados dessa avaliação pontua-se ser uma construção mercadológica e econômica das IES e não da qualidade do ensino superior.

Como se observa a solidificação das formas avaliativas em larga escala do tipo “Provão” ocorreu mais pela publicidade do governo federal a esses instrumentos, do que propriamente pela aceitação da comunidade acadêmica em aderir esse tipo de prova como forma de avaliar o desempenho de estudantes, professores e das próprias IES.

A compreensão de que a avaliação em larga escala constitui um instrumento de efetivo controle é uma premissa que não parece se efetuar, haja vista a proliferação de cursos e “pool” de Instituições que investem em bolsas de valores, ocasionando um quase-mercado educacional.

Muito embora na teoria as avaliações em larga escala possam fomentar a qualidade das IES, o questionamento que busca preencher a lacuna dessa realidade, se fundamenta na seguinte questão: essas políticas públicas educativas construídas e reconstruídas a partir da avaliação em larga escala conseguem qualificar a educação superior no Brasil, mesmo com a educação básica fragilizada?

A analítica aqui apresentada não esgota a reflexão sobre o papel do SINAES/ENADE, na consecução da qualidade almejada para os cursos superiores no Brasil. Evidencia-se, por certo, avanços do Provão para o SINAES/ENADE, mas algumas de suas facetas necessitam ser aperfeiçoada na perspectiva emancipatória

e formativa, tal como sua gênese sinalizava, desprendendo-se da visão classificatória e, por isso, excludente.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Carolina Faria; SALES, Aline Pereira; COSTA, Adriano da; COSTA, Maurício Donizete da; VERONEZE, Ricardo Braga; SANTOS, Thiago Lima Bahia. Desafios do ensino superior para estudantes de escola pública: um estudo na UFLA. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração – RPCA**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 55-71, 2012.

ARCANJO, Pedro. **Novo desenho garante melhorias à Plataforma Sucupira da Capes**. Portal do Ministério da Educação (MEC), 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35995>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

AZEVEDO, S. de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos. (Org.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro/RJ: Editora FASE, 2003.

BARBOSA, Glauber de Castro; FREIRE, Fátima de Souza; CRISÓSTOMO, Vicente Lima. Análise dos indicadores de gestão das IFES e o desempenho discente no ENADE. **Revista Avaliação**. Campinas/SP, v. 16, n. 2, p. 317-344, jul. 2011.

BERTAGNA, Regina Helena; MELLO, Liliane Ribeiro de; POLATO, Amanda. Política e avaliação educacional: aproximações. **Revista Eletrônica de Educação**. v. 8, n. 2, p. 244-261, 2014.

BERTOLIN, Júlio; MARCON, Telmo. O (des)entendimento de qualidade na educação superior brasileira – das quimeras do provão e do ENADE à realidade do capital cultural dos estudantes. **Revista Avaliação**. Campinas/SP, v. 20, n. 1, p. 105-122, mar. 2015.

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da universidade à commoditycidade ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado**. Campinas/SP: Editora Mercado das Letras, 2017.

BRASIL. **Avaliação de cursos na educação superior**: a função e mecânica do conceito preliminar de cursos. Brasília/DF: Ministério de Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

BRASIL. Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União (DOU)**, Brasília/DF, maio, 2006.

BRASIL. **ENADE – Apresentação**. Brasília/DF: Ministério da Educação (MEC), 2013 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=313&id=181&option=com_content&view=article>. Acesso em: 03 maio 2021.

BRASIL. Lei Federal n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União** (DOU), Seção 1, Brasília/DF, p. 27839, dez. 1996.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União** (DOU), Brasília/DF, abr. 2004.

BRITO, Márcia Regina de. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. **Revista Avaliação**. Campinas/, v. 13, n. 2, p. 841-850, nov. 2008.

BRITO, Tainá Fernandes de. **Corpo docente**: fatores determinantes do desempenho docente no ENADE. 2015. 90f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, Brasil, 2015.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; POLTRONIERI, Heloisa; BORGES, Regilson Maciel. Os rankings na educação superior brasileiro: políticas de governo ou de Estado? **Revista Ensaio**: aval. pol. públ. Educ. Rio de Janeiro/RJ, v. 19, n. 73, p. 813-826, out./dez. 2011.

CASTRO, Sabrina Olímpio Caldas de; SOUZA, Lúcia Helena Gazolla Reis de; GAVA, Rodrigo; SILVA, Edson Arlindo. Avaliação da educação superior no Brasil: o exame nacional de desempenho dos estudantes na perspectiva do ciclo de políticas públicas. In: XVII SemeAd – Seminários em Administração. **Anais**: [...]. p. 1-17, out. 2014.

CASTRO, Sabrina Olímpio Caldas de; et al. A influência do ENADE no âmbito das instituições de ensino superior. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**. Canoas/RS, v. 21, n. 1, jan.-jun. 2016.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Análise de políticas públicas**: o estudo do Estado em ação. Salvador/BA: Editora EDUNEB, 2012.

CORDAZZO, Evanilde Gollo. **Percepção dos coordenadores de curso de graduação em relação às estratégias para melhoria dos indicadores no ENADE**. 2018. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Administração). Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, Santa Catarina, 2018.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Revista Avaliação**, Campinas/SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba/SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

DURLI, Zenilde. Políticas educacionais no contexto das políticas sociais. In: HETKOWSKI, Tânia Maria (Org.). **Políticas públicas & inclusão digital**. Salvador/BA: Editora EDUFBA, 2008.

FELDMANN, Taise; SOUZA, Osmar de. A governamentalidade e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE. **Revista Avaliação**. Campinas/SP, v. 21, n. 3, p. 1017-1032, nov. 2016.

FERREIRA, Mônica Aparecida. **Determinantes do desempenho discente no ENADE no Curso de Ciências Contábeis**. 2015. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2015.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino; et al. Uma reflexão sobre o ENADE: ações para a gestão de um importante elemento da avaliação. **Revista Brasileira de Ensino Superior**. Passo Fundo/RS, v. 4, n. 3, p. 57-73, jul.-set. 2018.

FRAUCHES, Celso da Costa. A avaliação do ensino superior: obstáculos, desafios e oportunidades na gestão. In: COLOMBO, Sonia Simões; CARDIM, Paulo A. Gomes. (Org.). **Nos bastidores da educação brasileira a gestão vista por dentro**. Porto Alegre/RS: Editora Artmed, 2010.

FREITAS, Luiz Carlos de; et al. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 7. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2014.

FRÖHLICH, Raquel. Governamentalidade e estatística na formação docente: implicações sobre a Prova Nacional de Concurso para o ingresso na carreira docente. **Form. Doc.** Belo Horizonte/MG, v. 04, n. 06, p. 44-55, jan.-jul. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2019.

LIMA, Artemilson Alves de. **Fundamentos e práticas na EaD**. Cuiabá/MT: Universidade Federal de Mato Grosso, Rede e-Tec Brasil, 2012.

LIMA, Priscila da Silva Neves; AMBRÓSIO, Ana Paula Laboissière; FERREIRA, Deller James; BRANCHER, Jacques Duílio. Análise de dados do ENADE e ENEM: uma revisão sistemática da literatura. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba/SP, v. 24, n. 1, p. 89-107, 2019.

LOPES, Solange Munhoz Arroyo. **O SINAES, o ENADE e a formação geral dos estudantes da educação superior: um estudo de intervenção**. 2016. 162f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2010.

MELO, Savana Diniz Gomes; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Transformações no trabalho e na resistência docente: aportes a partir de experiências recentes no Brasil e na Argentina**. (2010). Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberoluso_brasileiro2010/cdrom/105.pdf>. Acesso em: 03 out. 2021

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação**. Santa Maria/RS, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015.

MOTA JÚNIOR, Antônio de Macêdo. Políticas públicas para a educação superior no Brasil. In: XVI Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. Gestão de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad. **Anais: [...]**. Arequipa/Perú, nov. 2016.

PALMEIRAS, Jênifer de Brum; SGARI, Rosani; SZLAGYI, Carlos Leonadrdo Sacari. O impacto das políticas públicas de avaliação institucional nas IES. **3º Simpósio Avaliação da Educação Superior. AVALIES 2017**. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis-SC-Brasil. p. 1-11. 05 e 06 de setembro de 2017.

POLIDORI, Marlis Morosini; MARINHO-ARAUJO, Claisy M.; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação brasileira. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.** Rio de Janeiro/RJ, v. 14, n. 53, p. 425-436, out./dez. 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2017.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O SINAES como Sistema. **Revista RBPG**, Brasília/DF, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006.

RODRIGUES, Viviane Aparecida. **ENADE – contribuições, avanços e limites do processo de avaliação na formação dos estudantes de graduação**. 2008. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Belo Horizonte/MG, 2008.

SANTOS, Nálbia de Araújo. **Determinantes do desempenho acadêmico dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis**. 2012. 257f. Tese (Doutorado em Ciências). Programa Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo/SP: Editora Cengage Learning, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo/SP: Editora Cortez, 2017.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.** Campinas/SP, v. 36, n. 133, p. 867-889, 2015.

SILVA, Marjorie Cristine Rocha da. **Validade do ENADE para avaliação da qualidade dos cursos: modelo de Rasch e Multinível**. 2011. 221f. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade São Francisco, Itatiba/SP, 2011.

SILVA, Roberto Araújo da. **O SINAES e os coordenadores de cursos de administração do setor privado: implicações de uma política de avaliação**. 2016. 271f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos/SP, 2016.

SORDI, Mara Regina Lemes de; LUDKE, Menga. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. **Avaliação**. Campinas/SP, v. 14, n. 2, p. 313-336, jul. 2009.

SOUSA, Sandra Zákia; ARCAS, Paulo Henrique. Implicações da avaliação em larga escala no currículo: revelações de escolas estaduais de São Paulo. **Educação: Teoria e Prática**, v. 20, n. 35, p. 181-199, 2010.

SOUZA, Emerson Santana de. **ENADE 2006**: determinantes do desempenho dos cursos de Ciências Contábeis. 2008. 96f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa Multi-institucional e Inter-Regional, Universidade de Brasília-UnB, Universidade Federal da Paraíba-UFPB e Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Brasília/DF, 2008.

SOUZA, Lúcia Helena Gazolla Reis de. **Políticas públicas em educação superior no Brasil**: análise do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, na perspectiva do modelo do ciclo político. 2013. 156f. Dissertação (*Magister Scientiae*). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2013.